

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Marina Rezende dos Santos dos Reis Oliveira

Produção teórica do Serviço Social no campo de estudos sobre deficiência (2015 a 2022)

Florianópolis

2023

Marina Rezende dos Santos dos Reis Oliveira

Produção teórica do Serviço Social no campo de estudos sobre deficiência (2015 a 2022)

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Serviço Social do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Luiza Sabino de Souza

Florianópolis

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pela autora, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC

Oliveira, Marina Rezende dos Santos dos Reis
Produção teórica do Serviço Social no campo de estudos sobre
deficiência (2015 a 2022) / Marina Rezende dos Santos dos Reis
Oliveira ; orientadora, Cristiane Luiza Sabino de Souza, 2023.
85 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade
Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Graduação em
Serviço Social, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Produções. 3. Serviço Social. 4.
Deficiência. 5. Pessoa com deficiência. I. Souza, Cristiane
Luiza Sabino de. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Graduação em Serviço Social. III. Título.

Marina Rezende dos Santos dos Reis Oliveira

Produção teórica do Serviço Social no campo de estudos sobre deficiência (2015 a 2022)

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 28 de novembro de 2023.

Profa. Dra. Heloisa Teles
Coordenadora do Curso

Banca examinadora

Profa. Dra. Cristiane Luiza Sabino de Souza
Orientadora

Profa. Dra. Eliete Cibele Cipriano Vaz
Universidade Federal de Santa Catarina

Daiane Mantoanelli
Assistente Social da Prefeitura de Blumenau

Florianópolis, 2023

AGRADECIMENTOS

A construção desta parte do trabalho trouxe inúmeras reflexões, memórias e sentimentos, que retomaram momentos da graduação e todas as experiências que vivenciei nesse período. Pensar nos agradecimentos, levando em consideração todas as demandas e atividades, foi algo tranquilizador e reconfortante, parte animadora e que resgatou o processo de conclusão desta etapa na formação, um misto de emoções marcou a escrita, como o entusiasmo em pensar nas experiências futuras que poderei experimentar. Reconhecer todas essas questões, além de pensar nas pessoas que estiveram comigo nesse processo foi gratificante. E assim início os meus agradecimentos.

À minha mãe Fátima, por sempre estar ao meu lado, me apoiar, acalmar, tranquilizar e que buscou ser meu suporte em todos os momentos da vida. És uma pessoa incrível e que admiro imensamente, que me ensinou e me ensina todos os dias e que transborda amor, carinho e acolhimento. Agradeço por todo o auxílio e cuidado que tem comigo, te amo imensamente.

Ao meu pai Márcio, por todo apoio, incentivo, ensinamentos, cuidados e carinhos. Agradeço por sempre reforçar a importância do conhecimento e da educação e por compartilhar comigo seus aprendizados. És uma pessoa que admiro e que me motiva, amo você.

Ao meu irmão Leonan e à minha irmã Leila, por me incentivarem e apoiarem nesse processo. Ao Leonan pelos cuidados, companheirismo, afeto e respeito. A Leila que desde de criança me incentiva a usar a criatividade e que não media esforços para me ver feliz, criando e construindo brincadeiras. Amo vocês.

Às minhas sobrinhas, Pérola e Olivia, que mesmo sem saber, me encorajaram nesse momento. Agradeço por tranquilizarem esse processo e por toda alegria e amor que me fazem sentir.

Às amigas que construí. Em especial, Karla, Flávia e Rosane, pelo apoio, pelas conversas e pelo companheirismo. Karla, agradeço por buscar estar sempre presente e pelos gestos atenciosos, além disso, por me aproximar do tema deste estudo. A troca com vocês suaviza a rotina corrida. A Júlia, que tornou as atividades no estágio mais alegres e divertidas.

À equipe do CRAS Ingleses, pelas experiências que pude vivenciar ao longo do estágio. Agradeço pelas trocas, conversas e aprendizados, apesar de toda contradição e conflito que perpassa este espaço na política. Em especial, Rosângela e Evelyn, que desde o início me acolheram. Rosângela, agradeço por reforçar a importância da gentileza nas ações,

do afeto e atenção com a equipe. Evelyn, agradeço por todas as conversas que tivemos, que me motivaram e me ensinaram. Ao seu Luiz, pela compreensão, pela escuta, pelas suas ações atenciosas e pelas conversas que tivemos. A Simone, minha supervisora, pela confiança, pelas trocas e pela abertura, que não é fácil de garantir, mas considero que me possibilitou e construiu.

Aos usuários e usuárias do CRAS Norte II, que muito me ensinaram e acolheram. Ao Conselho Local de Assistência Social do Norte da ilha, que me motiva, alegra e incentiva.

À minha orientadora Cristiane, pela compreensão e leveza que buscou trazer para o processo de construção deste estudo. És uma profissional que admiro muito e fico honrada em ter você como orientadora.

A composição da minha banca, que foi escolhida pela admiração, respeito e afeto. Agradeço à professora Eliete, que abriu o espaço da monitoria para minha participação, garantindo um espaço acolhedor, receptivo e de muitas trocas e aprendizado. A Daiane, que é uma referência para mim quando penso no meu tema de TCC e que busca construir esses espaços de forma atenciosa e acolhedora.

Às pessoas que não mencionei diretamente, mas que me apoiaram e estiveram comigo nesse processo.

A massa não é apenas objeto da ação revolucionária; é sobretudo sujeito.

(Luxemburgo, Rosa)

RESUMO

O estudo visa compreender o que o Serviço Social tem produzido entre 2015 e 2022 em relação aos Estudos sobre Deficiência e pretende identificar quais as tendências e perspectivas que estão orientando estas produções, além disso, como essas construções servem de fundamentação para pensar o trabalho profissional. Tendo em vista isso, esta pesquisa exploratória, busca situar o marco histórico relacionado ao tema, identificar as principais mediações que estão sendo realizadas nas produções teóricas do Serviço Social em relação à categoria deficiência e mapear e analisar os estudos elaborados sobre a temática entre 2015 e 2022, a partir da análise qualitativa. A pesquisa assume a característica de um “estado da arte” e realizará levantamentos na Scientific Electronic Library Online (SciELO), no portal de periódicos da CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), seguindo critérios de: ano, área do conhecimento e geográfica, tipo de literatura e idioma. Os descritores utilizados são “Deficiência” e “Serviço Social”. A partir das buscas é possível perceber um número reduzido de estudos voltados a temática e como há variações de publicações em cada ano demarcado. Algumas categorias foram definidas para sistematizar as produções, sendo elas: formação e atuação profissional, tecnologias assistivas e acessibilidade, direitos sociais, políticas públicas, benefícios e serviços públicos, mercado de trabalho, estudos sobre deficiência e movimento social, relações sociais e conjuntura e família. A categoria “formação e atuação profissional” é a que mais tem destaque. Apesar do foco nas elaborações do Serviço Social, os resultados encontrados em outras áreas do conhecimento foram brevemente apresentados.

Palavras-chave: produções; Serviço Social; deficiência; pessoa com deficiência.

ABSTRACT

The study aims to understand what Social Work has produced between 2015 and 2022 in relation to Disability Studies and seeks to identify which trends and perspectives are guiding these productions, in addition, how these constructions serve as a basis for thinking about the professional work. To this end, this exploratory research will situate the historical framework related to studies on disability, identify which mediations are being carried out in the theoretical productions of Social Work in relation to the disability category and map and analyze the studies produced on the subject between 2015 and 2022, from qualitative analysis. The research assumes the characteristics of a “state of the art” and will be carried out in SciELO, on the CAPES periodical portal and on the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), following criteria of: year, area of knowledge and geography, type of literature and language. The descriptors used are “Disability” and “Social Service”. From the searches it is possible to notice a reduced number of publications focused on the theme and how there are variations in publications in each delimited year. Some categories were defined to systematize the publications, namely: training and professional performance, assistive technologies and accessibility, social rights, public policies, benefits and public services, labor market, studies on disability and social movement, social relations and the situation and family . The “training and professional performance” category is the most prominent. Despite the focus on Social Service productions, results found in other areas of knowledge were briefly presented.

Keywords: productions; Social service; deficiency; person with a disability.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de publicações por ano	51
Gráfico 2 - Número de produções do Serviço Social por ano	52
Gráfico 3 - Número de produções do Serviço Social por categoria de análise	74

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Sistematização publicações do Serviço Social encontradas na SciELO	53
Quadro 2 - Sistematização publicações do Serviço Social encontradas no Portal de Periódicos CAPES	57
Quadro 3 - Sistematização publicações do Serviço Social encontradas na BDTD	65

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Resultados da busca realizada nas bases de dados	49
Tabela 2 - Categorização das produções das Ciências Sociais Aplicadas encontradas na SciELO	56
Tabela 3 - Categorização das produções das Ciências Sociais Aplicadas encontradas no Portal de Periódicos CAPES	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
- AIPD - Ano Internacional das Pessoas Deficientes
- APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
- APS - Agência da Previdência Social
- BPC - Benefício de Prestação Continuada
- BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
- CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CEPRE - Centro de Estudos e Pesquisas em Reabilitação “Prof. Dr. Gabriel Oliveira da Silva Porto”
- CIF - Classificação Internacional de Funcionalidade, Deficiência e Saúde
- CFESS - Conselho Federal de Serviço Social
- CRESS - Conselho Regional de Serviço Social
- CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
- CONADE - Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência
- CORDE - Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
- CODEVA - Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência
- FUVAE - Fundação Varginhense de Assistência aos Excepcionais de Minas Gerais
- HRAC- Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICIDH - Classificação Internacional de Lesão, Deficiência e Handicap
- INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
- LBI - Lei Brasileira de Inclusão
- MEC - Ministério da Educação
- OMS - Organização Mundial de Saúde
- ONU - Organização das Nações Unidas
- SDS - Secretaria de Direitos Humanos
- SciELO - Scientific Electronic Library Online (Biblioteca Eletrônica Científica Online)
- UPIAS - Union of the Physically Impaired Against (Liga dos Lesados Físicos Contra a Segregação)
- USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. OS ESTUDOS SOBRE DEFICIÊNCIA NO BRASIL E NO MUNDO OCIDENTAL.....	20
2.1 HISTÓRIA E TRAJETÓRIA DOS ESTUDOS SOBRE DEFICIÊNCIA NO MUNDO OCIDENTAL.....	20
2.2 BREVE HISTÓRICO DOS ESTUDOS SOBRE DEFICIÊNCIA NO BRASIL.....	30
3. ESTUDOS SOBRE DEFICIÊNCIA E O SERVIÇO SOCIAL.....	37
3.1 DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL EM RELAÇÃO A CATEGORIA DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO DE ACIRRAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL.....	37
3.2 IMPORTÂNCIA DA CATEGORIA DEFICIÊNCIA NOS ESTUDOS DO SERVIÇO SOCIAL.....	43
4. LEVANTAMENTO DE PRODUÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL EM BASES DE DADOS.....	47
4.1 RESULTADOS DAS BUSCAS REALIZADAS.....	50
4.1.1 Levantamentos realizados na SciELO.....	53
4.1.2 Levantamentos realizados no Portal de Periódicos CAPES.....	57
4.1.3 Levantamentos realizados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).....	65
4.2 PONTOS DE ANÁLISES NAS BUSCAS REALIZADAS.....	72
5. CONCLUSÃO.....	75
REFERÊNCIAS.....	79

1. INTRODUÇÃO

Os estudos em relação à pessoa com deficiência carecem ainda de maior atenção e visibilidade na sociedade. Apesar do número de pessoas com deficiência no Brasil ser estimado em 8,9% da população (IBGE, 2022), há um profundo desconhecimento sobre a temática e a constante reprodução de ações capacitistas¹. A busca com essa pesquisa é fomentar o debate sobre a pessoa com deficiência e investigar o desenvolvimento da produção teórica sobre o tema na área do Serviço Social, bem como refletir sobre o trabalho dos(as) assistentes sociais a partir de uma perspectiva inclusiva e de garantia de acesso aos direitos.

No Serviço Social, os estudos sobre o tema também são restritos e fragilizados, como é possível observar pela análise dos diversos currículos dos cursos no Brasil e pela significativa ausência desse debate na categoria. Algo contraditório, uma vez que a mediação dos direitos da pessoa com deficiência é um dos campos de atuação da profissão. Além disso, como preconizado no Código de Ética da profissão (CFESS, 1993), tem-se como princípios: a defesa dos direitos humanos, a ampliação e consolidação da cidadania, posicionamento em favor da equidade e justiça social e empenho na eliminação de todas as formas de preconceito. Como é possível efetivar uma ação com esses valores se não há uma formação e estudos que visem o diálogo sobre os direitos da pessoa com deficiência de forma mais ampla?

Apesar desse histórico restrito de produções sobre o tema, considero que hoje a profissão vem buscando construir esses debates e subsídios para atuação, como a construção, em 2021, do Grupo de Trabalho do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS)² sobre Anticapacitismo e Exercício Profissional de Assistentes Sociais com Deficiência, que é um importante espaço para pensar os debates e ações da profissão. Além disso, profissionais com deficiência também vêm organizando outras possibilidades de diálogo, como o coletivo Serviço Social Anticapacitista³. Tendo em vista isso, por meio deste estudo buscou-se fortalecer esse debate na profissão e, a partir dos resultados da pesquisa, compreender como e quanto essas discussões estão sendo desenvolvidas nas produções do Serviço Social.

Além disso, considero que a partir da investigação é possível identificar em quais pontos o debate é escasso e traçar objetos de estudos a serem desenvolvidos na área. O que se relaciona também com a ação profissional, visto que os referenciais teóricos possibilitam

¹ Início da nota. O termo tem sido utilizado para nomear a discriminação de pessoas por conta da deficiência, para mais informações ver Gesser *et al.* (2020). Fim da nota.

² Início da nota. Para mais informações, acessar CFESS (2021). Fim da nota.

³ Início da nota. Para mais informações, acessar CFESS (2021). Fim da nota.

pensar a realidade e criar estratégias de enfrentamento para as inúmeras expressões da questão social, que os(as) profissionais enfrentam nos diversos espaços ocupacionais.

O desenvolvimento do estudo também parte da compreensão de que pode ser um importante instrumento para o movimento das pessoas com deficiência no Brasil para a interlocução com a profissão, possibilitando compreender se as pesquisas estão, de fato, relacionadas com as demandas desse grupo e se as perspectivas, que irão basear os estudos e a ação profissional, estão alinhadas com o que é defendido pelo movimento.

Ao longo da graduação, desenvolvi interesse e aproximação com o tema da pesquisa, o que justifica também a realização da pesquisa. Além disso, as atividades realizadas no campo de estágio proporcionaram maior contato com pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e igualmente incentivaram a investigação. Os semestres de estágio obrigatório foram e estão sendo realizados no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Norte II de Florianópolis e possibilitaram refletir sobre as demandas das pessoas com deficiência e as formas de articulação e planejamento da ação dos(as) assistentes sociais em relação ao grupo.

A delimitação do estudo nesse segmento de sujeitos de direitos ocorre, como já citado, pela busca em fomentar esse debate nos espaços sócio-ocupacionais e pela tentativa de responder a uma demanda latente na área de abrangência do CRAS. Por isso, acredito que a investigação possa auxiliar na compreensão de como, de forma geral, as pesquisas produzidas estão orientando a prática profissional, analisar as tendências e perspectivas, entre outras possibilidades que podem contribuir para pensar a ação profissional no CRAS, a partir da conexão e contato do que temos amplamente construído de subsídios e o que temos como demandas no cotidiano. Apesar deste estudo não se propor a investigar a ação profissional em si e nenhum campo de atuação específico, apenas aponto possíveis mediações que podem ser realizadas por meio desta pesquisa.

Desse modo, conforme apontado anteriormente, há diferentes motivos que levam ao desenvolvimento do estudo, desde questões pessoais até motivações teóricas e práticas. Existem inúmeras inquietações, como compreender quais perspectivas estão mais consolidadas nas produções e como a deficiência está sendo pensada; se os estudos no tema estão sendo mais desenvolvidos na área do Serviço Social; e o comparativo de publicações desde o período do Estatuto da Pessoa com Deficiência até os dias atuais.

É possível perceber que há diversas preocupações e interesses na investigação por parte da autora, que busca por meio da pesquisa compreender as questões apontadas, ampliar e fortalecer o debate sobre os Estudos sobre a Deficiência no Serviço Social e a partir disso,

trazer essas contribuições para o pensar e o planejar da atuação profissional. Vale adicionar também, que a pesquisa almeja reforçar o contato dos(as) profissionais com as pessoas com deficiência, pois a busca é construir os estudos e formas de ação em conjunto com esse grupo, que tanto faz parte da categoria, como também compõe os sujeitos que atendemos.

O estudo tem como natureza a pesquisa básica e pretende-se que os resultados possam contribuir para o acúmulo de conhecimentos, podendo ser um facilitador para o processo de planejamento e desenvolvimento da ação profissional, além de construir dados para reflexão sobre os estudos sobre deficiência no Serviço Social. A escolha citada ocorre pelo fato da pesquisa básica ter como objetivo gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Ciência, sem aplicação prática prevista, que convergem com os objetivos do estudo (Prodanov; Freitas, 2013).

A pesquisa visa um maior aprofundamento e entendimento sobre o assunto, se caracterizando como um estudo de cunho exploratório, assim como esclarece Gil (2008, p. 44) “pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximado, acerca de determinado fato”, o que expõe a base deste estudo em relação ao seu interesse em compreender como o tema vem sendo trabalhado na área do Serviço Social. As informações obtidas serão estudadas por meio de uma análise qualitativa, posto a intenção desta investigação em: entender as motivações, significados, valores e atitudes que contornam o tema; apreender os interesses e percepções que envolvem os(as) profissionais em relação aos Estudos sobre Deficiência e a associação destas questões com a ação profissional. Tendo a pesquisa qualitativa esse foco, como pontuado por Minayo (1994) em relação ao universo em que essa abordagem trabalha, a escolha é justificada pela coerência com os objetivos do estudo.

Em relação aos procedimentos técnicos, a pesquisa será bibliográfica, pois o propósito desta investigação é apreender o conjunto de obras publicadas em relação ao problema de pesquisa, vale adicionar que o estudo assume a característica de um “estado da arte”. A busca é por realizar um levantamento do que a profissão tem produzido a respeito e destacar como isso é importante para subsidiar a intervenção profissional. Vale pontuar, que a pesquisa bibliográfica não se reduz ao levantamento bibliográfico, que toda pesquisa apresenta, compreende uma análise cuidadosa dos conteúdos e é composta por um planejamento sistemático dos processos. Como destaca Lima e Miotto (2007, p. 44) que

Ao tratar da pesquisa bibliográfica, é importante destacar que ela é sempre realizada para fundamentar teoricamente o objeto de estudo, contribuindo com elementos que subsidiam a análise futura dos dados obtidos. Portanto, difere da revisão

bibliográfica uma vez que vai além da simples observação de dados contidos nas fontes pesquisadas, pois imprime sobre eles a teoria, a compreensão crítica do significado neles existente (Lima; Miotto, 2007, p. 44).

Os documentos selecionados nas buscas serão: dissertações, teses e artigos científicos na área de Serviço Social e as bases de dados utilizadas serão o Catálogo de Teses e Dissertações (CAPES); a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o Portal *Scientific Electronic Library Online* (SciELO)⁴. Os critérios de inclusão utilizados são o ano, sendo considerados os períodos entre 2015 e 2022, tendo em vista, que em 2015 ocorreu a publicação do Estatuto da Pessoa com Deficiência e a seleção até 2022 para uma compreensão do panorama mais atual; idioma, selecionados todos em português; área de conhecimento, delimitado as Ciências Sociais Aplicadas, ramo em que se encontra o Serviço Social (CAPES, 2022) e área geográfica, os selecionados foram publicados em periódicos brasileiros e desenvolvidos em campos de estudos nacionais. Para realizar os levantamentos foram utilizados os descritores “Deficiência” e “Serviço Social”, somente na SciELO não foi necessário utilizar o segundo termo. É necessário destacar que a escolha do primeiro termo foi direcionada pelos critérios que este estudo vem utilizando, enquanto categoria de análise, e por esse ser propriamente o nome do campo de estudo, já o segundo termo é utilizado para delimitar a área de conhecimento que esta pesquisa tem como base. Vale apontar que foram realizadas outras buscas com os descritores “pessoa com deficiência” e “deficiente” para verificar se teriam outros resultados, visto que também são termos utilizados quando se pensa no tema, mas os produtos mantiveram-se os mesmos. Além disso, apesar da delimitação do campo de conhecimento, nos resultados foram encontradas publicações de outras áreas, apenas na base da BDTD isso não ocorreu. Por conta disso, nas análises quantitativas os resultados obtidos nos outros ramos foram considerados e quando apontadas no capítulo foram feitas as devidas diferenciações.

O documento está dividido em três capítulos, sendo o primeiro voltado para a contextualização dos estudos sobre deficiência no Brasil e no mundo ocidental, apontando a trajetória do movimento das pessoas com deficiência e dos(as) acadêmicos(as), os modelos de entendimento sobre deficiência, as terminologias e apresentação de algumas legislações conquistadas pelo movimento. Já o segundo capítulo irá debater a relação deste campo de estudos com o Serviço Social, destacando a importância de considerar a categoria deficiência nos estudos, pesquisas e atuação profissional, além disso, indica parte dos desafios que atingem a profissão quando pensamos no campo de estudo. Por fim, o terceiro capítulo irá

⁴ Início da nota. Possível tradução: Biblioteca Eletrônica Científica Online. Fim da nota.

apresentar os resultados dos levantamentos realizados, efetuando debates e análises a partir dos itens coletados.

2. OS ESTUDOS SOBRE DEFICIÊNCIA NO BRASIL E NO MUNDO OCIDENTAL

É necessário compreender a trajetória, o contexto e marcos históricos que englobam os estudos sobre deficiência, por isso, este capítulo buscará situar e analisar este debate, compreendendo que essa etapa é fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa. A partir disso, é possível dialogar com os elementos que sustentam e embasam o estudo em questão, além disso, possibilita apreender os motivos de inserir a categoria nos debates.

O capítulo buscará apontar as concepções que marcam a categoria deficiência, identificar os períodos históricos, situar as nomenclaturas existentes, além de apresentar instituições que marcaram e marcam o campo de estudos, bem como pesquisadores(as).

2.1 HISTÓRIA E TRAJETÓRIA DOS ESTUDOS SOBRE DEFICIÊNCIA NO MUNDO OCIDENTAL

DAS SETE CORES

As palavras foram inventadas
para o cotidiano:
casa, fruta, roupa.

As cores foram nomeadas no cotidiano:
para pintar a casa, identificar a fruta,
escolher a roupa.

Mesmo os sentimentos foram nomeados
para responder a questões práticas:
sono, fome, frio...

Ainda os mais excepcionais:
amor, solidariedade...

Surgiram para explicar questões
mais ou menos cotidianas.

Por isso, ao olhar algo novo,
tão novo
(que não nos é permitido ver na luta
pela sobrevivência cotidiana)
nos faltam palavras
para nomear o incrível.

Novos afazeres,
novas formas de fazer as coisas,
novos sentimentos...
novas cores?

Esse monte, por exemplo,
sem relógios nem obrigações
(sem contratos nem padrões)

é de um azul-nostalgia
 amarelo-ímpeto
 verde-infinito
 marrom-história
 roxo-carícia
 branco-síntese
 vermelho-futuro!

Golondrina Ferreira

As concepções sobre deficiência foram marcadas e construídas a partir dos contextos históricos e também determinadas pela organização da sociedade que institui os seus valores, princípios, regras e modos de vida, direcionando as percepções sobre o corpo com lesão (Cunha, 2021). Ao longo dos anos existiram e coexistiram diversos entendimentos sobre a deficiência que constituíram o que é possível chamar de modelos, podendo destacar de forma geral, o modelo religioso, o médico ou da tragédia pessoal e o social.

Como aponta Gaudenzi e Ortega (2016), o modelo religioso compreendia o corpo com lesão como uma anormalidade, monstruosidade e fruto da ira divina, discurso que permeia a sociedade desde a idade antiga até o período medieval, com algumas variações. A pessoa com deficiência estava à margem da sociedade e ações de extermínio, punição ou caridade eram normalizadas (Garghetti *et. al.*, 2013). Já o modelo médico, que começa a ser difundido a partir da idade moderna, não utiliza esse discurso religioso e entende que essa anormalidade é patológica, deve ser corrigida e a deficiência estaria na pessoa com lesão.

A deficiência, no modelo médico, passa a ser visto como um fenômeno biológico e como um “produto de infortúnios naturais e um atributo do indivíduo” (Garghetti *et. al.*, 2013, p. 6), por isso, as desvantagens vividas por essas pessoas era algo limitada ao corpo com lesão. Essa concepção, carregada por discursos científicos, é marcada pela ideia de certos padrões de corpos e os que não se encaixam passam a ser rotulados como anormais, por conta disso, devem ser ajustados e corrigidos (Gaudenzi; Ortega, 2016).

Atualmente a principal corrente de enfrentamento a essas formas citadas é o modelo social, que concebe a deficiência como “um conceito complexo que reconhece o corpo com lesão, mas que também denuncia a estrutura social que oprime a pessoa deficiente” (Diniz, 2007, p. 7). A experiência da deficiência é o resultado do contato com o ambiente social e não um problema do indivíduo. Nesse modelo, a deficiência passa a ser entendida como uma forma de opressão social.

Em 1960 houve uma aglutinação dos movimentos que reivindicavam direitos para pessoas com deficiência no mundo ocidental, momento em que o último modelo citado teve o

seu desenvolvimento inicial. A partir desses movimentos, que ficaram conhecidos em alguns locais como "*disability rights movement*⁵", os debates em torno de um novo modo de compreensão da deficiência e a reivindicação de um novo campo de estudo, chamado de: "*disability studies*⁶" nos países anglo-saxônicos, tiveram o seu ponto de partida e construíram os enfrentamentos em relação à linguagem utilizada para falar sobre o tema e os entendimentos, que são marcados pelas correntes marxistas e feministas (Gaudenzi; Ortega, 2016).

O modelo social da deficiência, que este trabalho terá como perspectiva, apresenta duas gerações que terão como foco de reflexão pontos particulares, sendo a primeira voltada para debates relacionados à questão da independência e como a estrutura social é a responsável pela não participação das pessoas com deficiência, essa geração foi de extrema importância para o repensar das políticas públicas e da sociedade em relação à pessoa com deficiência. A segunda geração, ancorada pelas teóricas feministas, trouxe à tona debates relacionados ao corpo com lesão, o questionamento da ideia limitadora de independência e a discussão do cuidado (Diniz, 2007). Apesar de explicitado os debates principais de cada geração, é importante compreender "a crítica feminista como parte de um processo de revigoramento e expansão do modelo social, e não como uma crítica externa e opositora" (Diniz, 2007, p. 44). Além disso, este estudo levará em consideração o construído por ambas gerações, no entendimento das devidas convergências de ideias e também nos pontos de expansão do debate ao longo dos estudos sobre deficiência.

É possível destacar alguns momentos importantes para a constituição do modelo social da deficiência, como o surgimento em 1976 da *Union of the Physically Impaired Against* (UPIAS)⁷, a primeira organização política sobre a deficiência formada e gerenciada por pessoas com deficiência na Inglaterra. Alguns dos precursores da primeira geração do modelo citado e que fizeram parte do grupo de formação da UPIAS são: Paul Hunt, Michael Oliver, Paul Abberley e Vic Finkelstein, sociólogos com deficiência física. A organização buscava questionar as concepções até então hegemônicas na sociedade e fortalecer o movimento das pessoas com deficiência, a busca era de desnaturalizar a segregação que pessoas com deficiência estavam submetidas, seja por meio do confinamento, seja por toda a forma de violência e discriminação.

⁵ Início da nota. Possível tradução: Movimento pelo direito das pessoas com deficiência. Fim da nota.

⁶ Início da nota. Possível tradução: estudos sobre deficiência. Fim da nota.

⁷ Início da nota. Possível tradução: Liga dos Lesados Físicos Contra a Segregação, para mais informações ver Diniz (2007). Fim da nota.

A UPIAS norteou as novas concepções sobre deficiência e lesão, inserindo essas definições a partir de termos sociológicos e não mais somente biomédicos (Diniz, 2007). “A deficiência é uma situação, algo que sistematicamente acontece durante a interação social” (França, 2012, p. 62), o modelo busca descortinar a ideia de que a alteração, visando a garantia da participação de pessoas com deficiência, deve ser feita na sociedade e não uma intervenção física, com vista a normalidade, voltado ao corpo com lesão.

A primeira geração formulou “a tese política de que a discriminação pela deficiência era uma forma de opressão social” (Diniz, 2007, p. 11) e afirmou que a deficiência era fruto da sociedade inacessível. A partir disso, um dos debates que se sucederam foi em relação às terminologias e nomenclaturas voltadas ao tema, pois a redefinição dos conceitos é fundamental para assegurar a concepção de deficiência defendida. Além disso, essa preocupação pode ser amparada por princípios básicos, posto que a linguagem e sua construção, reflete os conceitos, as percepções e os valores de uma sociedade (Nepomuceno *et. al.*, 2020), por isso, o seu repensar é necessário quando se reflete a sociedade que buscasse construir e as identidades dos sujeitos que formam essa comunidade.

Não há um consenso em relação às terminologias, além disso, é importante destacar que há traduções e negociações, principalmente quando se trata do campo de estudos em diferentes países, pode haver diferenciações na linguagem, embora haja concordância de pensamento (Nepomuceno *et. al.*, 2020). No caso dos pensadores vinculados à linha britânica de estudos, como aponta Diniz (2007, p. 15):

[...] é possível reconhecer a preferência por expressões que denotem a identidade na deficiência, e por isso é mais comum o uso do termo “deficiente”. Segundo Oliver e Barnes, “a expressão pessoa com deficiência sugere que a deficiência é propriedade do indivíduo e não da sociedade”, ao passo que “pessoa deficiente” ou “deficiente” demonstram que a deficiência é parte constitutiva da identidade das pessoas, e não um detalhe (Diniz, 2007, p. 15).

O pressuposto é de que a deficiência ocorre na relação com a sociedade e não está no indivíduo com lesão, a busca com o uso do termo “deficiente” é da sua utilização enquanto posicionamento político e de enfrentamento às concepções individualistas da deficiência. No Brasil, o termo utilizado nas pesquisas e demais espaços, de forma hegemônica, é “pessoa com deficiência”, aproximando da linha estadunidense de estudos. Apesar da diferença em relação às nomenclaturas dos precursores, a sua aplicação adota os pressupostos do modelo social da deficiência e é fruto do acúmulo de debates dos movimentos de pessoas com deficiência no Brasil, entendendo que algumas traduções literais dos termos utilizados pelos precursores do modelo social teriam um significado depreciativo, desse modo, apesar da

utilização de termos com traduções diversas, a concepção e percepção são semelhantes (Nepomuceno *et. al*, 2020).

Esse debate é necessário, pois as nomenclaturas representam os valores e percepções daquela sociedade em relação ao objeto, quando se modifica o termo pode-se alterar a forma de percepção de determinada questão, além disso, possibilita reconhecer as situações. O uso da linguagem carrega inúmeras camadas de uma sociedade, por isso, é importante debatê-la. Como Golondrina (2019) brilhantemente discorre no seu poema e por mim é interpretado, as palavras foram inventadas para o cotidiano e as cores foram nomeadas no cotidiano para auxiliar na definição dos objetos, mas quando se observar a realidade e identifica o novo, podem faltar palavras e surge o questionamento se teríamos novas cores para isso. Sintetizando, a busca é reforçar que o novo às vezes pode não ser percebido e às vezes não ser novo, apenas desconhecido, e faltarem termos para o descreverem, mas ao identificá-lo e reconhecê-lo podemos redefinir e parte disso é o processo de nomear e colorir.

Ainda no tocante às linguagens, é importante destacar que o modelo social questionou as concepções vinculadas a deficiência na Classificação Internacional de Lesão, Deficiência e Handicap (ICIDH) proposta pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 1980, que tinha o objetivo de sistematizar a linguagem relacionada ao tema, mas mantinha uma visão estritamente biomédica e com ênfase em ações curativas (Gaudenzi; Ortega, 2016). Vale apontar, que a produção do material praticamente não contou com a presença do movimento das pessoas com deficiência e estabeleceu uma ideia de sequência entre doença, lesão/*impairments*, deficiência/*disability* e *handicap*⁸ (Diniz, 2007). Como aponta Gaudenzi e Ortega (2016, p. 2) em relação aos termos e significados utilizados no documento.

[...] *impairments* significava perda ou anormalidade de uma estrutura ou função corporal – psicológica, fisiologia ou anatômica; *disability* significava a restrição ou perda da capacidade de performance de atividades de forma considerada normal para os seres humanos e *handicap* era a desvantagem de uma pessoa individual oriunda do *impairment* ou da *disability* que a limita de desempenhar um papel que é normal em determinado grupo. (Gaudenzi; Ortega, 2016, p. 2).

As conceituações propostas pelas ICIDH representaram um retrocesso em relação às conquistas até então garantidas pelo modelo social da deficiência, o revigoramento de que a deficiência seria resultado de uma lesão no corpo de um indivíduo considerado anormal, representaram a valorização mais uma vez do modelo médico (Diniz, 2007). Além disso, essa linguagem rapidamente ocupou os campos de debates das políticas públicas e passaram a subsidiar as propostas, o que se dirigiu para ações que visam os pressupostos de normalidade

⁸ Início da nota. Possível tradução: desvantagem. Fim da nota.

e anormalidade dos corpos, inclusive uma das críticas do modelo social ao ICIDH era de que essa visão poderia gerar implicações para estabelecer prioridades políticas (Diniz, 2007).

Ao longo de muitos anos, debates relacionados ao documento ocorreram ao redor do mundo, pensadores(as) do modelo social conduziram inúmeras críticas ao ICIDH e buscaram fomentar a sua revisão, porém somente em 2001, o documento foi revisado e uma nova publicação realizada, a Classificação Internacional de Funcionalidade, Deficiência e Saúde (CIF). Dessa vez, o processo de revisão contou com a participação dos movimentos de pessoas com deficiência e foi marcada por um intenso debate (Diniz, 2007). No novo documento, a deficiência assumiu um caráter também sociológico e político e não estritamente biomédico.

A CIF se propõe a instituir um novo vocabulário e se constituir como uma espécie de catálogo sobre funcionalidades, atividades e participação, o que poderia ser utilizado para analisar diferentes situações, pensando a relação do indivíduo com a sociedade. Há uma ênfase em avaliar as atividades e participações em diferentes domínios da vida. O documento integra o modelo social e o médico de deficiência, por isso, apesar das buscas em adicionar termos sociológicos, não há um abandono da visão biomédica. Vale adicionar, que “a CIF não é um instrumento para identificar lesões nas pessoas, mas para descrever situações particulares em que as pessoas podem experimentar desvantagens” (Diniz, 2007, p. 37).

Na CIF o termo *handicap* foi retirado, por entender que o termo era pejorativo para o movimento das pessoas com deficiência. Além disso, a deficiência deixa de ser percebida como uma condição pessoal e passa a ser entendido como um fenômeno complexo resultante da relação com a sociedade, o que o aproxima do modelo social (Diniz, 2007). O debate sobre esses documentos é importante para pensar as bases para o desenvolvimento das políticas públicas, por isso, a revisão da ICIDH e consequentemente a publicação da CIF, foram necessárias para redefinir os entendimentos em torno da categoria deficiência.

Outro ponto que merece destaque e que também foram marcadas por divergências refere-se às definições propostas pelas organizações voltadas ao modelo social, como no caso da UPIAS, os conceitos utilizados nem sempre tinham consenso e ocorriam de passar por algumas revisões, partindo do acúmulo de debates dos movimentos da pessoa com deficiência e dos(as) próprios(as) idealizadores(as). Uma das definições que passou por revisão foi a de deficiência, tida como: “desvantagem ou restrição de atividade provocada pela organização social contemporânea, que pouco ou nada considera as pessoas que possuem lesões e as exclui das principais atividades da vida social” (UPIAS, 1976 apud Diniz, 2007, p. 27).

O objetivo das nomenclaturas e da construção destes debates era e é o de reforçar que a deficiência pode ser compreendida como a experiência da opressão vivenciada por pessoas com lesão, sendo, portanto, necessário pensar a lesão em um amplo espectro de possibilidades (Nepomuceno *et. al.*, 2020). É necessário fortalecer que lesão e deficiência são termos distintos e para o modelo social um não é consequência do outro. Essas questões são importantes para quebrar os paradigmas relacionados ao tema e aproximar-se dos pressupostos defendidos pelo modelo social da deficiência.

Em relação a isso, a primeira geração produziu inúmeros debates e documentos objetificando esclarecer o que seria a opressão por deficiência e como o capitalismo se beneficia com essa questão. É construída socialmente a noção de que a lesão representa a desvantagem e que seria fruto de algo biológico e natural, mas a proposta da tese da opressão é de reforçar como a sociedade produz um tipo ideal de sujeito produtivo, que faz com que pessoas com lesão experiencie a deficiência. A partir dessa idealização do corpo ideal, a pessoa com deficiência ocupa uma posição de inferioridade e com isso, a exploração, expropriação, encarceramento e esterilização involuntária são legitimadas. (Diniz, 2007)

Além disso, busca-se evidenciar como a lesão é algo inerente à vida humana e como é necessário estender o conceito para outros grupos, como a população idosa, que com o envelhecimento pode adquirir uma lesão, debate importante que possibilita repensar o conceito de lesão e deficiência e ampliar a camada que passa a ser representada e que requer políticas públicas articuladas e alinhadas com as demandas de todo o grupo. Além do que, aponta como o capitalismo e os seus ordenamentos do trabalho podem gerar lesão na classe trabalhadora, que se encontra em condições de trabalho desgastantes e exaustivas. É importante e faz parte desses debates, a busca em esclarecer como o atual modo de produção, que oprime a pessoa com deficiência também é um dos causadores de lesão (Diniz, 2007).

Atualmente, o termo capacitismo é utilizado para nomear toda discriminação por conta da deficiência (Gesser *et al.*, 2020) e reconhece como a sociedade projeta a ideia de um corpo ideal, classificando aquilo que é normal e o que é anormal, por conta disso, patologiza quem não se encaixa nesse padrão e legitima toda forma de violência e exploração. O que se relaciona com o apontado anteriormente, de como as relações sociais estabelecidas se estruturam na ideia da lesão como um desvio. Vale adicionar, que a categoria deficiência estrutura a sociedade e não atinge apenas pessoas com deficiência. Como discorre Gesser *et. al.* (2020, p. 18)

[...] capacitismo é estrutural e estruturante, ou seja, ele condiciona, atravessa e constitui sujeitos, organizações e instituições, produzindo formas de se relacionar

baseadas em um ideal de sujeito que é performativamente produzido pela reiteração compulsória de capacidades normativas que consideram corpos de mulheres, pessoas negras, indígenas, idosas, LGBTI e com deficiência como ontológica e materialmente deficientes (Gesser *et al.*, 2020, p. 18).

A partir disso, é possível destacar a perversidade de um sistema que tem como foco o lucro acima de tudo e que para isso utiliza a exploração da classe trabalhadora, que a cada fase do capitalismo vem enfrentando formas mais perversas de expropriação. Modo de produção este que utiliza diferentes artifícios para sua reprodução e manutenção, como a construção de um ethos burguês que cria relações sociais condizentes com as suas demandas e busca produzir “corpos dóceis”.

Tendo em vista o exposto sobre a definição de padrões corporais tidos como normais, que naturalizam e estruturam os processos de opressão em relação à pessoa com deficiência, é importante citar o debate desenvolvido principalmente pela segunda geração do modelo social sobre essas questões e sobre as concepções de independência e autonomia. Enquanto a primeira geração não priorizava o debate sobre o corpo e os aspectos da lesão, por entender que isso estaria no campo do modelo médico e por ser o corpo isento de valores (Diniz, 2007), a geração embasada pela abordagem feminista não só debatia, como buscava desconstruir as concepções tidas como universais da sociedade, que excluem o corpo com lesão (Gaudenzi; Ortega, 2016).

A segunda geração aponta como não foram realizados questionamentos em relação aos pressupostos morais da organização social, os valores de independência burguesa são tidos como universais e ao invés de pensar na dependência e no cuidado como uma forma de justiça social, são vistas como algo que levaria a inferioridade. Em relação a isso, várias autoras e em especial, a filósofa estadunidense e cuidadora de uma filha com paralisia cerebral, Eva Kittay realizaram esses questionamentos e direcionaram o foco para a ideia da dependência como algo inevitável na vida social e a elaboração da ideia da “igualdade na interdependência”, questionando os valores individualistas dos seres e reforçando que o cuidado também deve ser garantido e pensado nas políticas públicas (Gaudenzi; Ortega, 2016). Como apontam Gaudenzi e Ortega (2016, p. 6)

Nesta concepção, o cuidado também é uma demanda de justiça social. Afirmando que as relações de dependência são incontornáveis e que o discurso da absoluta independência é perverso, posto que implique o desamparo como horizonte de nossas debilidades, o estudo da autora ajuda a ver o indivíduo autônomo como aquele que exerce uma escolha autônoma e não obrigatoriamente como aquele que é capaz de agir de forma independente (Gaudenzi; Ortega, 2016, p. 6).

A preocupação em debater o que significa viver em um corpo com lesão foi fortemente desenvolvida por essas pesquisadoras. O debate sobre dor, lesão e sobre o cuidado foi trabalhado com cautela, entendendo a preocupação anterior dos assuntos serem vistos pela sociedade como uma comprovação da inferioridade, além disso, possibilitaram mais elementos para a tese social da lesão, trazendo questões antes não pensadas e transferidas para o âmbito privado (Diniz, 2007). Vale pontuar que a inserção de outros atravessamentos no estudo da categoria deficiência, nesse momento, também enriqueceu as análises e possibilitou que as reflexões seguissem em uma abordagem interseccional (Gesser *et al.*, 2020). Todos esses apontamentos são caros para o Serviço Social, pois o reconhecimento dessas situações direciona para uma percepção de totalidade da realidade social e um planejamento da ação profissional a partir desses pontos, buscando uma atuação que não reproduza esses valores e seja efetivamente anticapacitista e emancipatória.

A discussão sobre essa temática é necessária pelo fato da deficiência ser experienciada por mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo e o número vem crescendo (OMS, 2012), por isso, a preocupação dos movimentos das pessoas com deficiência e do campo de estudos sobre deficiência em diferentes países em realizar esses debates e buscar embasar os campos políticos e garantir a conquista e acessos das pessoas com deficiência. A partir disso, artigos, relatórios, documentos e aparatos legais foram construídos, sendo necessário destacar um importante marco para o tema, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007) e seu Protocolo Facultativo, promulgados em 2007, em Nova York, pela Organização das Nações Unidas (ONU), e ratificados como emenda constitucional no Brasil por meio do Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, no Art. I declara como objetivo “promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente” (Brasil, 2009).

A Convenção foi construída a partir de um intenso debate entre a sociedade civil e a ONU e reflete as mudanças de perspectiva em relação à deficiência, como o fato de entender que as pessoas com deficiência “são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas” (Brasil, 2009). A definição citada e outros trechos do documento inovam ao resgatar o modelo social e incluir os pressupostos da segunda geração, a partir de uma visão interseccional, os artigos apontam a relação da deficiência com diferentes marcadores sociais e reconhece a existência de autonomia mesmo sendo necessário suportes, além disso, o

documento oferece subsídios legais para que os movimentos possam reivindicar políticas públicas (Gesser *et al.*, 2012).

Não só a Convenção foi um importante impulsionada para pensar os direitos, anteriormente a Declaração Universal de Direitos Humanos promulgada pela ONU em 1948 também impulsionou a implementação de leis e outras declarações. É possível citar como ação importante que gerou igualmente impactos e influenciou movimentos no mundo, a criação do Ano Internacional para Pessoas com Deficiência pela ONU, em 1981. Além disso, em relação aos documentos mais recente, há a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência (Brasil, 2001), aprovada em 2001, na Guatemala, que foi assinada e adotada também pelo Brasil, importante documento que reafirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que os demais cidadãos (Rodrigues; Capellini, 2014).

A busca em citar parte dos marcos internacionais é para contextualizar os momentos que marcam os estudos sobre deficiência, além disso, ter como base os documentos que direcionam acontecimentos importantes no Brasil, debate da próxima seção. Vale adicionar, que apesar dos avanços e conquistas dos materiais citados, é importante reforçar que a sua existência não garantiu a efetiva aplicação dos seus pressupostos, a implantação nos países ainda está sendo realizada, processos marcados pela mobilização dos movimentos das pessoas com deficiência.

Por meio do que foi apresentado, é possível compreender brevemente a trajetória histórica dos estudos sobre deficiência nos países ocidentais, indicando os marcos históricos e as concepções que perpassam a categoria deficiência. Identifica como esse campo de estudos é marcado por disputas e contradições e como o debate vem sendo cada vez mais requisitado nos espaços, apesar de construções ainda tímidas sobre o tema. Todos esses pontos atravessam a atuação profissional dos(as) assistentes sociais e conhecer esse contexto é fundamental para apreensão da realidade, por isso, a seção se preocupou em situar a temática. Por isso, é importante compreender que lesão não é fruto da tragédia pessoal e é algo inerente à vida humana, retirar o campo do incomum e excepcional e passa para algo natural e como forma de diversidade humana.

2.2 BREVE HISTÓRICO DOS ESTUDOS SOBRE DEFICIÊNCIA NO BRASIL

Para Entender o Trabalho (Ao menos no capitalismo)
 Acordo na hora em que não quero
 Para fazer algo no qual não me reconheço
 Sou obrigado a repetir os mesmos esforços
 Vendo as dores se acumularem, as lesões a surgirem
 E não me vejo criando, experimentando, gozando e vivendo
 Apenas trabalhando, trabalhando, trabalhando...
 Você gosta de trabalhar?
 Já pensou em faltar?
 Ou então em acampar?
 Não prefere em casa ficar?
 Não só nas fábricas, mas nos escritórios, nas lojas, escolas e universidades
 Para aonde se olha, reflete-se e se apercebe
 Que há quase tudo para mudar
 E nenhum tempo a perder.

Rubens Vinicius da Silva

Os estudos sobre o tema no Brasil sofrem fortes influências do produzido pelos(as) os(as) autores(as) internacionais. O que pode ser exemplificado pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, que teve suas bases vinculadas ao movimento das pessoas com deficiência no Brasil, mas também acúmulos internacionais. Além disso, o Brasil é igualmente marcado pelas diferentes concepções de deficiência, mas com suas devidas particularidades sociais e históricas, o que aponta também os horizontes do debate que foi e vem sendo construído no país. Por isso, é importante destacar que ao apresentar os contextos históricos e políticos internacionais e o nacional, objetiva-se melhor contextualizar o campo de estudo e apontar brevemente às convergências e influências nos debates, mas também os amplos debates que foram estruturando-se.

As ações da sociedade voltadas para pessoa com deficiência, ao longo do tempo, englobavam o isolamento e a segregação, o Estado tinha suas atividades direcionadas para a área da educação e obras caritativas, sendo responsável pela construção de duas escolas para pessoas com deficiência no século XIX: o Instituto dos Meninos Cegos (criado em 1854 e atual Instituto Benjamin Constant) e o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos (criado em 1856 e atual Instituto Nacional de Educação de Surdos), como é possível perceber apenas pessoas com deficiência visual e auditiva eram contempladas por essas instituições, que se concentravam na capital do Império inicialmente e que funcionavam como internatos e “tinham como objetivo central inserir seus alunos/as na sociedade, por meio do ensino das letras, das ciências, da religião e de alguns ofícios manuais” (Secretaria de Direitos Humanos,

2010, p. 21). Tinham como base experiências internacionais, com o diferencial de ser uma estrutura pública, vale destacar que o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos foi criado pelo francês E. Huet, professor surdo, e só depois assumida pelo Estado.

A sociedade civil também se organizou e criou iniciativas como: as Sociedades Pestalozzi, fundada em Belo Horizonte em 1932, e as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), fundada no Rio de Janeiro em 1954, voltadas para os atendimentos na área da educação e da saúde, tendo em vista a frágil e limitada ação do Estado. Além disso, foram responsáveis pelo surgimento dos centros de reabilitação, inicialmente pensados devido aos surtos de poliomielite (SDS, 2010).

No final dos anos 1970 é possível perceber maior organização das iniciativas políticas das pessoas com deficiência no Brasil, tendo como ponto de partida para essa aproximação ações anteriores, como as associações e organizações criadas e organizadas por pessoas com deficiência. Em mobilização nacional, o movimento das pessoas com deficiência vai se construindo e consolidando nas buscas por direitos, este momento marcado e nutrido também pelo contexto histórico, sendo este o período de redemocratização brasileira, mobilização internacional das pessoas com deficiência e reverberação da promulgação pela ONU, em 1981, do Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD)⁹ colocando o debate sobre a pessoa com deficiência mundialmente em destaque (SDS, 2010). Estes processos foram importantes fomentos para o movimento, dando início ao amadurecimento das discussões.

É necessário destacar o processo que marcou a condução do AIPD, na qual o Brasil formou uma Comissão para debater as ações, assim como outros países membros do Comitê Assessor para elaborar um plano de ação preliminar. Todavia, as atividades foram marcadas por inúmeras contradições, como a não garantia de participação efetiva de pessoas com deficiência nos debates. Por conta disso, diferentes mobilizações ocorreram e caracterizou-se como importante momento de debate sobre a pessoa com deficiência e os seus direitos na sociedade. O AIPD possibilitou que as pautas das pessoas com deficiência tivessem maior visibilidade no Brasil e por isso, foi extremamente positivo (SDS, 2010).

A busca em unificar os debates dos diferentes movimentos de pessoas com deficiência e articular uma frente nacional levou a criação, em 1979, da Coalizão Pró-Federação Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes, formada por organizações de diferentes regiões que almejavam garantir uma representatividade nacional e elaborar uma agenda única de reivindicações e estratégias políticas. Ocorreram reuniões e encontros para

⁹ Início da nota. De acordo com o termo utilizado internacionalmente e traduzido para o português. Fim da nota.

debater as pautas e posicionamentos, entre eles: o 1º Encontro Nacional de Entidades de Pessoas com Deficiência que ocorreu em Brasília em 1980, tinha como preocupação os pontos já citados e buscava definir critérios para as entidades que poderiam ser reconhecidas como integrantes da Coalizão (SDS, 2010). O encontro foi de extrema importância, por diversos motivos, entre eles pela organização de um espaço de troca entre as pessoas.

O 3º Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes teve como principal debate a criação da Federação Nacional, duas propostas foram indicadas: uma que defendia a organização nacional única para o movimento e outra que apoiava a criação de organizações para cada tipo de deficiência para discutir questões específicas e “as questões gerais deveriam ser discutidas no Conselho Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes, a ser fundado e constituído por representantes das organizações nacionais por deficiência” (SDS, 2010, p. 52). A segunda proposta foi aprovada e foi definido que a coalizão seria extinta assim que o Conselho Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes começasse a funcionar. Além disso, outras questões foram previstas no final do encontro, como aponta o documento produzido pela Secretaria de Direitos Humanos (2010, p. 53)

Cada Estado deveria organizar encontros para debater questões e eleger dois delegados por área de deficiência. A proposta aprovada previa, ainda, a organização de um Encontro Nacional de Delegados de Pessoas Deficientes, com cada área de deficiência representada por dez delegados, no qual seria constituído o Conselho Brasileiro de Entidades de Pessoas Deficientes. O Conselho teria representação paritária das organizações por tipo de deficiência que seriam criadas (deficientes físicos, cegos, surdos e hansenianos) e mandato de dois anos. A cada dois anos, seria realizado um novo encontro para eleger nova gestão do Conselho e deliberar sobre a pauta de luta do movimento (SDS, 2010, p. 53).

Apesar dos esforços, a proposta do Conselho não se efetivou naquele momento. A Coalizão desapareceu e surgiram as organizações por área de deficiência e suas próprias federações, vale salientar que este processo de separação refletia a diversidade de pautas e reivindicações dentro do movimento e tinha como objetivo atender melhor às demandas particulares, mas sem provocar uma desarticulação dos movimentos (SDS, 2010). Apenas em 1999, criou-se o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CONADE), instituído como órgão superior de deliberação coletiva e se determinou que o fosse constituído paritariamente por representantes do Poder Público e da sociedade civil.

Outra questão que trouxe impactos e mobilizações por parte dos movimentos das pessoas com deficiência foi o processo de construção da Constituição federal, promulgada em 1988. O momento foi marcado pela intensa participação de diferentes movimentos sociais, entre eles: o da pessoa com deficiência, que participaram ativamente do processo. Dentre as

pautas do movimento estava o da garantia de igualdade de direitos para pessoas com deficiência e que o debate sobre deficiência fosse transversal no documento e não delimitado a um ou outro capítulo. Apesar disso, inicialmente, as propostas do movimento não estavam sendo incorporadas efetivamente e mobilizações foram organizadas defendendo principalmente as bases das reivindicações: a autonomia e o protagonismo (SDS, 2010).

As ações públicas em relação aos direitos das pessoas com deficiência por muito tempo foram desarticuladas e reduzidas, esse cenário começa a se transformar a partir da década de 1980, com a criação e atuação efetiva, em 1986, da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE)¹⁰, que tinha a responsabilidade de coordenar todas as ações voltadas para a pessoa com deficiência e com a elaboração da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, em 1989, e que foi instituída em 1993. Após 2003, a pauta da pessoa com deficiência esteve vinculada à pasta de Direitos Humanos e desde 2010 a CORDE foi transformada em Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, passando até uma nova estrutura e um novo status que possibilitam maiores articulações (SDS, 2010).

Para além disso, é necessário retomar o debate em relação à Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, que é um documento de enorme importância e contou com a participação do Estado e da sociedade brasileira na sua construção. A Convenção surgiu para promover, defender e garantir condições de vida com dignidade e a emancipação de pessoas com deficiência e aponta os compromissos que os Estados signatários comprometem seguir, por isso, vem sendo utilizado como base para pensar distintas legislações que visam a inclusão, como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI). Vale apontar que no Brasil, desde 1988, algumas leis já tinham sido pensadas, tendo em vista, a mobilização efetuada pelo movimento das pessoas com deficiência, conforme citado anteriormente, momentos que marcaram grandes conquistas, mas as lutas para sua efetivação ainda continuam em percurso.

Ao pensar o século XXI, é possível destacar outros marcos legais importantes, que ao serem garantidos em lei possibilitam que pessoas com deficiência tivessem um aparato legal para sua reivindicação, além de efetivar como uma ação que deve ser promovida e assegurada na sociedade. A busca pela acessibilidade esteve presente nas pautas de mobilização do movimento político das pessoas em diferentes momentos e a partir disso, é possível apontar conquistas decorrente dessas articulações, como a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da

¹⁰ Início da nota. De acordo com o termo utilizado na época. Fim da nota.

acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências (Brasil, 2000), que tratava sobre o que seria acessibilidade e os diferentes tipos de barreiras e que futuramente tem parte da sua redação incluída ou dada pela LBI (SDS, 2010). Posteriormente, em 2004, foi sancionado o Decreto nº 5.296, que regulamenta a lei citada anteriormente, além da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que determina atendimento prioritário às pessoas com deficiência e a acessibilidade em sistemas de transporte (Brasil, 2000). É possível citar ainda a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências e a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia e que teve o Decreto sancionado em 2006. Ambas são importantes conquistas também.

Vale adicionar que estes momentos foram marcados pela maior articulação entre os ministérios, acesso aos recursos orçamentários, desenvolvimento de campanhas que tratavam sobre o tema, entre outras ações que possibilitaram pensar as pautas das pessoas com deficiência de forma efetiva e enquanto prioridade e compromisso, formando uma agenda intersetorial na busca da garantia de acessos. Além disso, ocorreram Conferências Nacionais organizadas pela CORDE e CONADE, que vão representar importantes espaços de participação social e de aglutinação das reivindicações realizadas pelo movimento político das pessoas com deficiência (SDS, 2010).

No tocante às legislações, é possível citar ainda o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que esta pesquisa tem como marco para delimitação das buscas nas bases de dados. O Estatuto é a denominada Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, e reuniu uma série de direitos conquistados nas últimas décadas nos diferentes setores, como o direito à educação, à saúde e à moradia. Além disso, destaca o que se considera pessoa com deficiência, no Art. 2º como sendo “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (Brasil, 2015). O que possibilita perceber a influência do modelo social nesta definição e retomar como esta perspectiva é importante para pensar as políticas públicas. Outros conceitos também são apontados, como o que seria acessibilidade, desenho universal e barreiras para a lei.

O Estatuto tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e congrega importantes debates realizados ao longo do tempo, é de extrema

importância e fruto da mobilização dos movimentos da pessoa com deficiência. A Lei destaca questões necessárias, como a imposição de penalidades para quem infringir a lei e define a criação do Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Cadastro-Inclusão), que seria um registro público para sistematizar e disseminar informações que permitam a identificação e a caracterização socioeconômica da pessoa com deficiência, bem como das barreiras que impedem a realização de seus direitos, o que são informações de relevância para pensar as políticas públicas (Brasil, 2015). É a lei mais abrangente na proteção e promoção de direitos desse público atualmente no Brasil e que tem como princípio a busca da valorização deste debate, por isso, foi utilizada como base para pensar as produções do Serviço Social.

Vale salientar que a LBI teve alguns textos incluídos ou alterados, tendo em vista, as construções atuais em torno do tema, um exemplo disto é a incorporação do cordão de fita com desenhos de girassol como símbolo nacional de identificação de pessoas com deficiências ocultas, que foi instituído pela Lei nº 14.624, de 17 de julho de 2023. Ao destacar essa situação em específico, busca-se pontuar como inúmeras articulações vêm sendo feitas e destacar conquistas atuais em relação aos marcos legais. Além disso, sabe-se que diversas questões perpassam a discussão em relação ao tema da pessoa com deficiência, como situações conjunturais e históricas, por isso, é importante reforçar que o século XXI passará por inúmeros cenários e contextos, que influenciaram e direcionaram o debate, apesar deste estudo não realizar os destaques, reforça como é necessário pensar esses tópicos em pesquisas futuras.

Por fim, é necessário retomar que os documentos citados foram importantes impulsionadores para o desenvolvimento e garantia de direitos às pessoas com deficiência, dando visibilidade e garantindo instrumentos de reivindicação para o movimento. Todos os avanços e conquistas foram frutos da intensa mobilização e articulação das pessoas com deficiência, luta essa constante, tendo em vista, os avanços do neoliberalismo e a barbárie do capital, que utiliza diferentes vertentes para retirar direitos. Movimentos ainda devem e são feitos na busca da efetivação dos direitos garantidos em lei, por isso, é de suma importância a articulação do Serviço Social com os movimentos sociais nessa jornada, principalmente, ao pensar em uma profissão que irá atuar também nos campos das políticas públicas, tanto na execução, como no planejamento e gestão.

A partir do exposto, é importante retomar que o objetivo desta seção era apontar brevemente a trajetória histórica e política no Brasil do campo em debate, situar o contexto que marca a atuação profissional e os pontos centrais para compreender os estudos sobre deficiência. Além disso, ao destacar os documentos legais, como a LBI, a busca era indicar os

motivos que levaram ao recorte temporal definido nesta pesquisa em relação aos levantamentos realizados nas bases de dados.

3. ESTUDOS SOBRE DEFICIÊNCIA E O SERVIÇO SOCIAL

O capítulo em questão busca apresentar a mediação entre o campo de estudo citado anteriormente e o Serviço Social, indicando a relação entre os mesmos, para isso irá apontar como o tema gera demandas para a profissão e como os(as) profissionais se inserem nisso. Além disso, destacar a importância de os(as) profissionais do Serviço Social considerarem a categoria deficiência em suas análises, estudos e planejamento, principalmente, ao levar em consideração os desafios postos pela sociabilidade burguesa, que discrimina e oprime pessoas com deficiência.

3.1 DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL EM RELAÇÃO A CATEGORIA DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO DE ACIRRAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL

A Casa Triste
Era uma casa
Nada engraçada
Não tinha rampa
Só tinha escada
Eu não podia entrar nela não
Sem precisar de um empurrão
Eu não podia fazer brincadeiras
Porque na casa só havia barreiras
E nem podia fazer pipi
Pois minha cadeira não passava ali
Mas outra casa, um dia espero,
Será feita como eu preciso
E do jeito que eu quero

Luciane Maria Tabbal

Para iniciar o debate é necessário destacar o contexto que marca a atuação profissional, sendo os traços do capitalismo contemporâneo parte da conjuntura de análise. Após a crise de 1970, o modelo passou por processos de reestruturação do capital, que marcaram um novo padrão de acumulação e uma nova ideia de Estado. O projeto de restauração provoca transformações em diferentes setores da sociedade e a sua base é a flexibilização da produção, a desregulamentação das relações comerciais, a privatização do patrimônio estatal e o neoliberalismo como política de governo. As mudanças levaram à maior exploração da classe trabalhadora e retratam a busca desenfreada do capital pelo lucro (Netto, 2012).

Os processos produtivos foram organizados buscando evitar o desperdício e a lógica do estoque, os avanços tecnológicos, que propiciaram a melhoria da capacidade de produção, afetaram também a estruturação do mercado de trabalho, que passou a apresentar, de forma mais ampla, a precarização das condições de trabalho e a intensificação do desemprego. Outra mudança que pode ser percebida é no que tange a estrutura das classes sociais, em decorrência também da alteração da estrutura do mercado de trabalho, a classe trabalhadora passa por um processo de separação da sua identidade enquanto classe e enquanto organização sindical, algo que gera impactos na possibilidade de mobilização da classe devido essa fragmentação (Netto, 2012).

Há mudanças em todos os níveis e nas relações sociais não é diferente, a busca pela criação de condições para a reprodução da ordem burguesa perpassa pela reprodução dos valores que a sustentam. A dinâmica do tardo-capitalismo busca fazer com que a lógica do capital seja utilizada em todas as esferas da sociedade, logo que tudo seja avaliado e medido pela ordem da mercadoria. Dessa forma, a redefinição dos padrões da indústria cultural é um dos exemplos de ferramentas utilizadas para controlar a comunicação social e difundir os ideais favoráveis ao modo de produção. Desse modo, há cada vez mais uma sociedade marcada por valores individualistas, que incentivam relações fragmentadas, superficiais e avaliadas pela utilidade para atingir as necessidades materiais (Netto, 2012).

O Estado também sofre mudanças e passa por um redimensionamento, marcado pela tentativa de redução da sua ação reguladora, o que é colocado é a busca pelo Estado mínimo para a classe trabalhadora e o Estado máximo no que tange os interesses do capital. Um período marcado pela transferência das obrigações públicas para a sociedade civil, o que acaba levando a uma despolitização das demandas democráticas e uma intervenção realizada de forma ajustadora. A intervenção do Estado nas expressões da questão social passa a ser feita por uma nova visão assistencialista e filantrópica, que tem como marca o enfrentamento apenas da extrema pobreza. Além disso, a sua dimensão repressiva é intensificada e utilizada como mecanismo de controle, em uma espécie de união dessas duas dimensões (Netto, 2012).

Dessa forma, é possível perceber que nesse processo de ganhos para o capital, a classe trabalhadora vem passando por processos mais intensificados de exploração e esse contexto apresenta atravessamentos para a profissão, relacionado com as demandas que chegam até os(as) profissionais, como também em relação às condições de trabalho, pois compõem a classe trabalhadora e serão igualmente impactados por essas mudanças. Novas expressões da questão social vão sendo instauradas a cada novo estágio do capitalismo e com isso, novas requisições chegam ao Serviço Social e delimitam as configurações que a atuação

estará sujeita. A compreensão desta realidade e os impactos para a classe trabalhadora é fundamental para o planejamento da ação profissional.

Ao pensar a realidade brasileira, é possível identificar alguns elementos histórico-estruturais, que são bases para a compreensão da dinâmica do capital e os fundamentos da questão social no Brasil, possibilitando a reflexão sobre o objeto de atuação da profissão. A questão do trabalho e a constituição desde o princípio de um mercado de trabalho sufocado, a luta por terra e conseqüentemente pela sobrevivência, os resultantes da constituição como um país dependente e subordinado aos interesses do capital externo e a existência do racismo e sexismo como bases ideológicas de sustentação das desigualdades, são alguns elementos que precisam ser pensados para compreender como a luta de classes ocorre e se constitui no Brasil, retomando o movimento contraditório de rupturas e continuidade desses processos (Souza; Teles, 2021).

A superexploração da força de trabalho tem sua base desde o processo de formação do mercado de trabalho, pós-abolição, que passa a ser constituído por uma enorme oferta de força de trabalho, muito além da necessidade e da capacidade de absorção do mercado, além disso, a população que fica à margem desse processo, em sua maioria, continua sendo as que eram apropriadas e exploradas desde o escravismo colonial e é o racismo estrutural utilizado como um mecanismo ideológico de sustentação e de naturalização dessas contradições. A luta pela terra também é algo que marca o movimento da luta de classes no Brasil, sendo a propriedade privada da terra e o processo antigo de subordinação da mesma à dinâmica da acumulação, as características dessa categoria. A luta por sobrevivência, desde a escravidão colonial, perpassa também a luta pelo acesso à moradia. O que possibilita identificar como a questão urbana e rural são determinantes para entender as relações sociais estabelecidas (Souza; Teles, 2021).

Além disso, é possível destacar a constituição histórica de um Estado correspondente às necessidades do capital e sua subordinação ao capital imperialista, capital que vai buscar garantir as condições de reprodução desse modo de produção. Tendo sua dimensão repressiva e violenta utilizada como mediação desses interesses de forma ampliada. Perceber como o racismo e o sexismo são mecanismos utilizados para naturalizar todas essas contradições e como vai servir de sustentáculo para o desenvolvimento do capitalismo, nos ajuda a entender a subordinação da classe trabalhadora às necessidades do capital. Ao analisar a conjuntura não é difícil perceber os impactos e as expressões dessas configurações, dessa forma, o destaque dessas questões são fundamentais para captar o desenrolar das relações capitalistas no Brasil e como perpassam o cotidiano de trabalho, desde a atuação em meio aos processos de

acentuação da precarização das condições de trabalho e da produção de lesões, do retrocesso nas políticas públicas e direitos sociais até os rebatimentos dos inúmeros instrumentos de fragmentação da luta da classe trabalhadora utilizados pelo capital, que se inserem também no movimento das pessoas com deficiência (Souza; Teles, 2021).

Um dos objetivos principais, ao apontar os elementos que perpassam as expressões da questão social, é o de retomar que não seria apenas um período de regressão, mas representa um modelo de produção marcado pela exploração e pela relação desigual entre o capital e o trabalho, não sendo possível almejar formas verdadeiramente emancipatórias da classe trabalhadora sob o capitalismo. As relações sociais e de produção não são naturais, elas foram estabelecidas nessa ordem do capital e são articuladas para garantir a manutenção e reprodução deste sistema. Reafirmar esses entendimentos permite realinhar as expectativas da ação profissional e direcionar o horizonte que se pretende alcançar, além do mais, retoma-se o defendido pelo projeto ético-político do Serviço Social, ao se vincular ao projeto de transformação da sociedade e imprimir uma direção social às ações profissionais, voltadas aos interesses da classe trabalhadora (Teixeira, 2009).

Vale pontuar, que ao dialogar sobre a classe trabalhadora, a pesquisa considera os marcadores sociais, sendo esta classe também composta por pessoas com deficiência, que estão inseridas nesses processos de exploração e parte do entendimento da experiência da deficiência como expressão da questão social, ao identificar como a “discriminação e opressão experimentada pelas pessoas com deficiência é consequência de um sistema produtivo construído com base na acumulação que visa o lucro”(Cunha, 2021, p. 318). O capitalismo intitula os tipos de corpos úteis e normais, apreendendo os corpos com diversidade como incapazes para realizar inúmeras atividades e para o trabalho, a ideia de individualidade e independência absoluta é amplamente difundida e utilizada como argumentos para inutilizar corpos com lesão e segregá-los, além do que são associados a ideia de doença e desvio e, por isso, devem ser “corrigidos” (Gaudenzi & Ortega, 2016; Cunha, 2021).

A cultura da normalidade irá delimitar os tipos de corpos aceitáveis e os inaceitáveis, existindo um entendimento restrito à ideia de diversidade, que vai oprimir corpos com lesões. “O julgamento da normalidade costuma se basear no modo e não no nível de desempenho...” (Amundson, 2000 apud Gaudenzi; Ortega, 2016, p. 3068), ao invés de possibilitar diferentes modos de realizar uma atividade, irá focar em uma única possibilidade. Além disso, outro conceito utilizado para definir a deficiência, na perspectiva médica, é o da autonomia, que tem como base a ideia de independência absoluta, o modelo social produz inúmeros documentos

que buscam enfrentar esse entendimento, como nos casos em que menciona a igualdade na interdependência e os cuidados enquanto demanda de justiça social, assim reforça que a autonomia não está em ser “capaz” de agir de forma independente, mas em exercer uma escolha autônoma (Gaudenzi; Ortega, 2016).

Ainda no diálogo sobre o ethos burguês, é necessário reforçar como o modelo é fundado em uma sociabilidade regida pela mercadoria em que as relações estabelecidas têm como parâmetros a valorização da posse material, a competitividade, o individualismo e a interdependência, valores estes que marcam essa definição de corpos atípicos como incapazes, por não se enquadrarem nas funcionalidades da produção (Barroco, 2009; Cunha, 2021). É possível perceber como o capitalismo cria diferentes mecanismos para a sua reprodução, entre elas: a constituição do imaginário social e das bases para a naturalização das desigualdades. Todos esses pontos apresentados indicam as requisições que se encaminham para a profissão, que tem como desafio o enfrentamento desses processos e a sua identificação.

O modelo social da deficiência, principalmente por parte da primeira geração, aponta como o capitalismo é quem se beneficia com a discriminação que pessoas com diferentes lesões experienciam, a corrente marxista é a que serve de base para essa argumentação, pois indica como essas construções sociais em torno do corpo com lesão naturalizam e justificam a posição de “inferioridade” de pessoas com deficiência e coloca nessa possibilidade de exploração e expropriação (Diniz, 2007). O modelo busca reforçar que não é a lesão que absolutamente leva a desigualdade, mas os ordenamentos sociais, tendo em vista, o que já foi debatido anteriormente. A partir dessas produções, está pesquisa apreende a categoria deficiência como um dos eixos estruturantes da superexploração da classe trabalhadora e consequentemente de sustentação do modo de produção capitalista, por isso, a preocupação em pensar as dimensões da categoria e sua relação com a profissão.

O Serviço Social não é uma profissão que atua no processo de criação de produtos e valor, mas sim no processo de reprodução das condições de existência do modo de produção, indispensáveis para o movimento do capital (Iamamoto; Carvalho, 1982). Por isso, os(as) profissionais são chamados(as) historicamente para reproduzir às necessidades de conformação do capital, todavia, após o processo de rompimento com matrizes conservadoras e influenciadas pela corrente positivista da época, foi possível o posicionamento em defesa das pautas da classe trabalhadora. Mas isso não acaba com o atravessamento do capital na profissão, o que pode ser percebido nos valores sustentados pelas instituições em que a profissão atua, marcados pelas demandas do mercado. É possível perceber o caráter contraditório que perpassa a ação profissional, que precisa constantemente planejar sua ação

para evitar a simples reprodução dos valores favoráveis às necessidades da classe dominante, entre eles os entendimentos relacionados à deficiência.

Outra contradição existente a partir disso, é a relação com as políticas públicas, necessárias para a classe trabalhadora e é pauta constante dos movimentos das pessoas com deficiência, todavia, o acesso aos direitos no capitalismo ao mesmo tempo que garantem as condições de reprodução da classe trabalhadora, buscam conter as manifestações e assegurar que o sistema continue sendo reproduzido, expondo as contradições existentes. Ter essa compreensão é necessário para pensar não só os valores que almejam-se alcançar, mas para criar formas de enfrentamento às tentativas do capital em camuflar as desigualdades. Mas esse debate não ignora a condição necessária, enquanto não houver forças suficientes para o alcance da emancipação humana, de assegurar que as pessoas com deficiência possam ter acesso a direitos e a garantia da emancipação política (Cunha, 2021). Por isso, esses apontamentos são tão ricos para os movimentos sociais, mas também para as profissões que atuarão, seja na gestão das políticas públicas ou na sua execução. Para concluir esse pensamento, é possível retomar o pontuado por Yamamoto e Carvalho (1982, p. 100) em relação às contradições dos serviços sociais

Portanto, se tais serviços, de um lado, favorecem os trabalhadores, como resultante de suas próprias conquistas no sentido de suprir necessidades básicas de sobrevivência nessa sociedade, por outro lado, sua implementação, ao ser mediatizada e gerida pela classe capitalista, passa a se constituir em um dos instrumentos políticos de reforço do seu poder, face ao conjunto da sociedade. Torna-se um meio de não só manter a força de trabalho em condições de ser explorada produtivamente, evitando alterações substanciais na política salarial que afeta a lucratividade dos empresários, como, e principalmente, um instrumento de controlar e prevenir possíveis insubordinações dos trabalhadores que escapem ao domínio do capital (Yamamoto; Carvalho, 1982, p. 100).

Importantes direitos foram conquistados pelo movimento das pessoas com deficiência, como a LBI, que “traz a concepção de cidadania para as pessoas com deficiência, reconhecendo direitos, liberdades e buscando promover condições de igualdade” (Cunha, 2021, p. 317). Todavia, apesar da sua importância, a existência desses documentos não garante a efetivação dos acessos, deve-se somar a isso, ações que visem maior participação de pessoas com deficiência nos processos de elaboração, acompanhamento e fiscalização das políticas públicas, além do incentivo de mais produções acadêmicas na área, voltadas para a deficiência e o modelo social (Gesser *et al.*, 2012). É necessário maior conhecimento e aprofundamento dos debates relacionados ao tema, como o das legislações existentes, visto que se configura como um dos principais instrumentos de reivindicação, conhecer, por

exemplo, as orientações em relação à acessibilidade dos espaços possibilita que os(as) profissionais possam utilizar os aparatos legais para embasar a importância da observação dessas questões no cotidiano das instituições.

Em relação aos acessos às políticas públicas, é possível perceber por alguns dados o quanto esta participação continua reduzida, como é possível notar nos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) divulgados, que indicaram, por exemplo, que pessoas com deficiência ocupam uma taxa de analfabetismo de 19,5%, enquanto para pessoas sem deficiência essa taxa foi de 4,1%, destacando como são o grupo que menos acessam à educação. Ainda é possível apontar como apenas 25,6% das pessoas com deficiência tinham concluído pelo menos o Ensino Médio, enquanto mais da metade das pessoas sem deficiência (57,3%) tinham esse nível de instrução, o mesmo pode ser percebido em relação ao acesso ao nível superior, que foi de 7,0% para as pessoas com deficiência e 20,9% para os sem deficiência (IBGE, 2022). Vale apontar também, que o número de pessoas com deficiência que acessam o mercado de trabalho representa, em média, 26,6%, quando se pensa o nível de formação profissional, o número de pessoas com deficiência com nível superior completo que acessam o mercado é de 51,2%, em comparação ao número de pessoas sem deficiência com uma taxa de ocupação de 80,8% (IBGE, 2022).

Ao retomar os dados divulgados pela PNAD, é possível perceber as diferenças de acessos entre os grupos e refletir todas as consequências disso para a condição de vida das pessoas com deficiência, pois representam a parcela que menos acesso à educação, o mercado de trabalho e conseqüentemente a renda e assim a sobrevivência em meio ao modo de produção capitalista (IBGE, 2022). Reconhecer esses números possibilita compreender as demandas que marcam o cotidiano profissional e que devem ser utilizadas para pensar a atuação, tanto na execução dos serviços, quanto na gestão e planejamento de políticas públicas. Além de identificar como o acesso de pessoas com deficiência em setores diversos continua limitada, por diversos fatores, que cabem o desenvolvimento de mais estudos, mas também o acompanhamento de pesquisas já realizadas que buscam compreender estas questões.

3.2 IMPORTÂNCIA DA CATEGORIA DEFICIÊNCIA NOS ESTUDOS DO SERVIÇO SOCIAL

Pensar a categoria deficiência nos diversos estudos, pesquisas e ação profissional é de extrema relevância, em partes pelo o que já foi pontuado anteriormente, como o da

compreensão da realidade e da sua relação com outros marcadores (Gesser *et al.*, 2012). A preocupação com a apreensão dos acontecimentos históricos voltados ao tema está em harmonia com os pressupostos da formação pensados para a profissão, que entende a necessidade de conhecer as configurações estruturais e conjunturais que determinam o processo de trabalho do Serviço Social e as relações sociais e suas particularidades nesse modo de produção, o que se considerado os debates sobre deficiência, possibilitam entender essas relações e a aproximação com as pautas da classe trabalhadora (ABEPSS, 1996). Além disso, conhecer a trajetória histórica e as formas como o Estado e o capital, ao longo do tempo, atuaram em relação às pessoas com deficiência é fundamental para conhecer a formação brasileira, mas também o território e as diversas formas de opressão e discriminação que pessoas com lesão vem experienciando na sociedade.

A possibilidade de utilizar a categoria para o planejamento da ação profissional é de extrema importância, visto que nos diferentes espaços ocupacionais, os(as) profissionais terão contato com pessoas com diversas lesões, por isso, a ação deve ser pensada também para atuar com esse segmento e quando há um desconhecimento em relação aos acúmulos sobre o tema a atuação pode ser comprometida, pois pode ter como base valores difundidos pelo senso comum, que em muitos casos estão carregados por entendimentos preconceituosos e ligados ao modelo médico da deficiência. Nesse sentido, o aprofundamento da profissão nos estudos sobre a temática podem possibilitar maior qualidade na atuação e alinhamento com o defendido pela categoria profissional, que tem como princípios fundamentais, organizados em seu Código de Ética, alguns valores como: liberdade, cidadania, democracia, equidade, entre outros (CFESS, 1993), o que pressupõe conhecer os direitos conquistados e os que continuam sendo pautados pelo movimento da pessoa com deficiência, os debates que estão sendo realizados e inúmeras outras questões essenciais para uma ação alinhada com os princípios.

Em 2022, o número de pessoas com deficiência no Brasil a partir dos dois anos de idade era de, em média, 18 milhões (IBGE, 2022), um número significativo que destaca como os(as) assistentes sociais em algum momento durante a sua atuação terão contato com esse segmento, por isso, precisam planejar sua ação para o atendimento das demandas e garantias de acesso do grupo, tendo em vista os valores e posições em defesa da classe trabalhadora adotados hegemonicamente pela profissão.

Para exemplificar o que está sendo apontado, é possível utilizar informações existentes atualmente em relação às demandas de atendimento recorrentes para o CRAS Norte II do município de Florianópolis, sendo este um equipamento da proteção básica da Assistência Social. Segundo os dados que constam no Plano Municipal de Assistência Social

(2022-2025), em 2021, a região apresentava o maior número de beneficiários(as) do Benefício de Prestação Continuada (BPC) pessoas com deficiência do município. Além disso, apontaram que em 2020, 39,63% das pessoas com deficiência que frequentam instituições de inclusão e acolhimento co-financiadas pela prefeitura são da região de abrangência deste CRAS (Florianópolis, 2022), esses dados auxiliam na delimitação do público-alvo do equipamento e servem como base inicial para o planejamento da ação no território. Além disso, conforme discutido anteriormente, ao expor esse caso específico, busca-se reforçar o quanto a pauta da pessoa com deficiência perpassa o cotidiano profissional dos(as) assistentes sociais, sendo imprescindível o debate sobre o tema no processo de formação e atuação, não sendo, portanto, uma temática distante da realidade da profissão.

Outro ponto que merece destaque e traz atravessamentos para o Serviço Social é o de como o modelo social amplia o entendimento de deficiência, no sentido de inserir outros grupos sociais, como pessoas idosas, o que retira o debate do campo do inesperado e direciona para algo que é inerente à vida humana e essa nova perspectiva irá impactar as políticas públicas e possibilitar que novas demandas e públicos acessem direitos (Medeiros; Diniz, 2000). Essa discussão proporciona a ampliação do que em muitos casos se entende ou reconhece como pessoas com deficiência, o que vai para diversos campos da sociedade, como o da representação, por exemplo, de espaços públicos prioritários ou reservados para pessoas com lesão, de forma geral, o símbolo utilizado é o de uma pessoa utilizando cadeira de rodas, o que simboliza uma parte das pessoas que compõem este grupo, mas não resume todo o grupo. É algo que está amplamente difundido na sociedade brasileira e que em algumas situações podem direcionar a certas compreensões, como a ideia de que para um local ser acessível basta a existência de rampas, o que exclui outras pessoas com lesão.

Com o reconhecimento dessa ampliação, o modelo social busca reforçar que a lesão não é a única determinante nesse processo de definição de quem seria ou não uma pessoa com deficiência, determinações como o da persistência ou não da lesão são de grande preocupação para o modelo médico, mas para o modelo social “os ajustes requeridos da sociedade para que ela contemple a diversidade da deficiência independem de quanto tempo uma condição corporal irá se manter” (Medeiros; Diniz, 2000, p. 110), por isso, não devem ser o foco das políticas públicas. Além disso, retoma que não é a lesão que leva à deficiência, mas a falta de acessibilidade de uma sociedade que leva ao processo de exclusão e vai identificar a deficiência na inadequação da sociedade para incluir todas as pessoas. A partir disso, entende-se que as políticas públicas direcionadas às pessoas com deficiência não podem ter

como base apenas aspectos físicos e corporais para identificação da deficiência e assim devem abarcar diferentes lesões.

Vale adicionar que pautas colocadas pela segunda geração do modelo social sobre a questão do cuidado devem ser mencionadas, principalmente, por trazer para o público algo que por muito tempo era mantido apenas no âmbito privado, desse modo, indica que o cuidado deve ser visto como uma demanda de justiça social (Diniz, 2007). Além disso, discorre sobre o papel da mulher no cuidado de pessoas com deficiência, tendo em vista a divisão sexual do trabalho, de forma majoritária, são as mulheres que ocupam os espaços do cuidado, o que gera não só a sobrecarga e as inúmeras jornadas de trabalho, mas também implicações para a vida privada, como o do não acesso ao mercado de trabalho e futuramente, em casos de não recolhimento, o não acesso ao sistema previdenciário (Medeiros; Diniz, 2000). Esses acúmulos, reforçam que este grupo social também deve ser pensado nas políticas públicas.

As questões apontadas possibilitam pensar inúmeros atravessamentos para o Serviço Social, considerando a relação desses debates com as políticas públicas, o que propicia a ampliação do entendimento não só de deficiência, mas uma mudança de perspectiva e a saída do foco a partir do modelo médico. Além do que pontua outras pautas importantes para o grupo e que requer do Serviço Social não só o conhecimento das informações, mas também do desenvolvimento no seu cotidiano de trabalho, seja na execução dos serviços ou no planejamento das políticas públicas, esses debates devem estar presentes nesses processos e irão perpassar toda a atuação.

A utilização da categoria deficiência nas análises e produções da profissão possibilitam fomentar o debate e a elaboração de outras informações em relação ao assunto, como as discussões do modelo social, o que seria de extrema importância, considerando que a maioria das produções consolidada no Brasil está voltada para os entendimentos do modelo médico (Gesser *et. al*, 2010 apud Gesser, 2012, p. 559). Além disso, essas ações podem “contribuir com os movimentos sociais de pessoas com deficiência e com a efetivação das políticas públicas voltadas a esse segmento cada vez maior da população” (Gesser *et. al*, 2012, p. 562). Desse modo, podem difundir a importância da modificação dos espaços e dos imaginários relacionados às pessoas com deficiência, partindo não da modificação da pessoa com lesão, mas da sociedade excludente.

De acordo com o apresentado até o momento, buscou-se reforçar como a utilização da categoria deficiência nas produções e planejamento do Serviço Social são fundamentais para atuação profissional, que terá contato com o segmento em diversos espaços

ocupacionais, por isso, o debate sobre o tema deve ser transversal no processo de formação e atuação profissional, para assim garantir acúmulos suficientes para os(as) profissionais nas discussões e nas suas ações.

4. LEVANTAMENTO DE PRODUÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL EM BASES DE DADOS

O estudo em questão buscou realizar levantamentos em algumas bases de dados na procura de produções teóricas do Serviço Social no campo de estudos sobre deficiência, visando mapear o debate sobre o tema na profissão, caracterizando-se como uma pesquisa com cunho exploratório. Os motivadores são inúmeros, entre eles por considerar que para o avanço dos estudos, o conhecimento sobre o que se tem produzido a respeito é essencial e pode fomentar não só o debate, mas também indicar quais aspectos de determinado assunto pouco foram pontuados. Ao levar em consideração os objetivos apontados, a pesquisa assume a característica de um “estado da arte” e para contextualizar os seus aspectos, é possível indicar o que Ferreira (2002, p. 258) aponta sobre o que seria esse modelo de pesquisa.

Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários (Ferreira, 2002, p. 258).

O capítulo destacará os resultados dos levantamentos realizados e efetuará debates sobre as produções e sua relação com o que foi abordado nos capítulos anteriores. É necessário destacar que as pesquisas foram realizadas na BDTD, no portal de periódicos da CAPES e na SciELO, além disso, os critérios utilizados para seleção dos materiais foram: o tipo de literatura, que também foram pensadas levando em consideração as bases de dados pesquisas e assim selecionados os artigos, as dissertações e teses; o período de tempo, entre 2015 e 2022; idioma, em português; área geográfica, na qual todos os selecionados foram publicados em periódicos brasileiros e desenvolvidos em campos de estudos nacionais; e área de estudos, sendo o recorte realizado nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas, tendo em vista, que o Serviço Social está localizado nesse campo, segundo o que se entende pelas áreas de conhecimento (CAPES, 2022). Vale pontuar, que apesar da pesquisa ter como foco as produções do Serviço Social, informações de outras categorias profissionais foram

sistematizadas, principalmente, para identificar quais representavam uma elaboração multiprofissional e envolviam o Serviço Social.

É importante destacar que os descritores utilizados nas buscas de dados foram “Deficiência” e “Serviço Social”, somente na SciELO não foi necessário utilizar o segundo termo. É necessário destacar que a escolha destes termos ocorreu por ser a categoria que este estudo vem utilizando como critério de debate e ser propriamente o nome do campo de estudo, já o segundo termo é utilizado para delimitar a área de conhecimento que esta pesquisa tem como base. Vale apontar que foram realizadas outras buscas com os descritores “pessoa com deficiência” e “deficiente” para verificar se teriam outros resultados, visto que também são termos utilizados quando se pensa no tema, mas os produtos mantiveram-se iguais. Além disso, apesar da delimitação do campo de conhecimento, nos resultados foram encontradas publicações de outras áreas, apenas na base da BDTD isso não ocorreu. Por conta disso, nas análises quantitativas os resultados obtidos nas outras áreas foram considerados e quando apontadas no capítulo foram feitas as devidas diferenciações.

Os critérios utilizados para realizar os levantamentos são justificados pelo que já foi apontado ao longo deste estudo, de forma geral, é possível destacar que tem como objetivo o mapeamento inicial das produções do Serviço Social na área, além do que, ao delimitar os estudos no Brasil, busca-se compreender como as produções nacionais vêm avançando nesse debate, principalmente por compreender que ao pensar a atuação profissional, é necessário levar em consideração o contexto da atuação e os debates nessa área geográfica. Por isso, parte dos critérios utilizados são as pesquisas que ocorreram no e com base no Brasil e que também foram publicados em revistas nacionais, assim compreender o que está marcando as pesquisas e atuação do Serviço Social em relação aos estudos sobre deficiência.

Ao utilizar os critérios de seleção apontados, na sequência foram realizadas as análises dos materiais obtidos, feitas a partir da leitura flutuante dos resumos de cada publicação, que possibilitaram compreender de forma geral os principais debates, tendências e abordagens presentes e assim a sistematização dessas análises. Nas próximas seções serão apresentadas as pesquisas do Serviço Social obtidas em cada base de dados com destaque para o título, os(as) autores(as), ano de publicação, palavras-chave, tipo de literatura e revista ou instituição de publicação, a última em casos de teses e dissertações. A apresentação dessas informações é feita, pelo fato dessas questões também terem sido pontos observados durante as investigações. Vale pontuar, que as publicações de outras áreas de conhecimento não passaram igualmente por essas análises e leituras, mas foram categorizadas também, a título

de conhecimento e reflexão, a inserção nas categorias definidas foram realizadas, tendo como base o título e os resumos destas produções.

Para o desenvolvimento das análises foram definidas categorias de observações e avaliação das publicações, que foram pensadas a partir da verificação inicial dos levantamentos e posteriormente foram estruturadas, considerando as tendências identificadas, sendo elas: formação e atuação profissional, tecnologias assistivas e acessibilidade, direitos sociais, políticas públicas, benefícios e serviços públicos, mercado de trabalho, estudos sobre deficiência e movimento social, relações sociais e conjuntura e família. Vale apontar que esta categorização não busca apontar que os estudos estão limitados a apenas uma das categorias e entende que as publicações podem e tratam sobre mais de uma delas, essa delimitação serve apenas como uma análise inicial, tendo em vista que as observações ocorreram com base em leituras flutuantes e reduzidas, além disso, compreende-se que os assuntos definidos em cada esfera são transversais e por isso, podem percorrer os materiais conjuntamente. Ainda em relação a isso, algumas publicações serão categorizadas por mais de uma categoria, ao perceber a presença predominante de mais de uma.

Para resumir é possível destacar que foram observadas questões quantitativas e qualitativas, como as voltadas ao número de publicação em cada ano, principais temas que perpassam os estudos, se houve ou não a delimitação de alguma lesão específica ou ainda região do Brasil delimitada, entre outras observações que serão apresentadas. Para iniciar a discussão, é necessário pensar na quantidade de resultados obtidos em cada base de dados, como é possível perceber na Tabela 1, há um número reduzido quando se leva em consideração o longo período delimitado e o fato de serem três bases, vale apontar que este número reduz mais ainda quando delimita-se as publicações apenas na área do Serviço Social, como consta nas informações apresentadas na segunda linha da Tabela 1.

Tabela 1 - Resultados da busca realizada nas bases de dados

BUSCA	SciElo	CAPES	BDTD	TOTAL
Deficiência	31	16	14	61
Deficiência e Serviço Social	4	12	13	29

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Descrição: Tabela 1 cujo título é: “Resultados da busca realizada nas bases de dados”, organizada em três linhas e cinco colunas (sem coloração). Na linha superior estão os títulos que nomeiam as cinco colunas: busca, SciElo, CAPES, BDTD e total. As informações que compõem a tabela são as que seguem:

Busca: Deficiência. SciELO: trinta e um. CAPES: dezesseis. BDTD: catorze. Total: sessenta e um.

Busca: Deficiência e Serviço Social. SciELO: quatro. CAPES: doze. BDTD: treze. Total: vinte e nove.

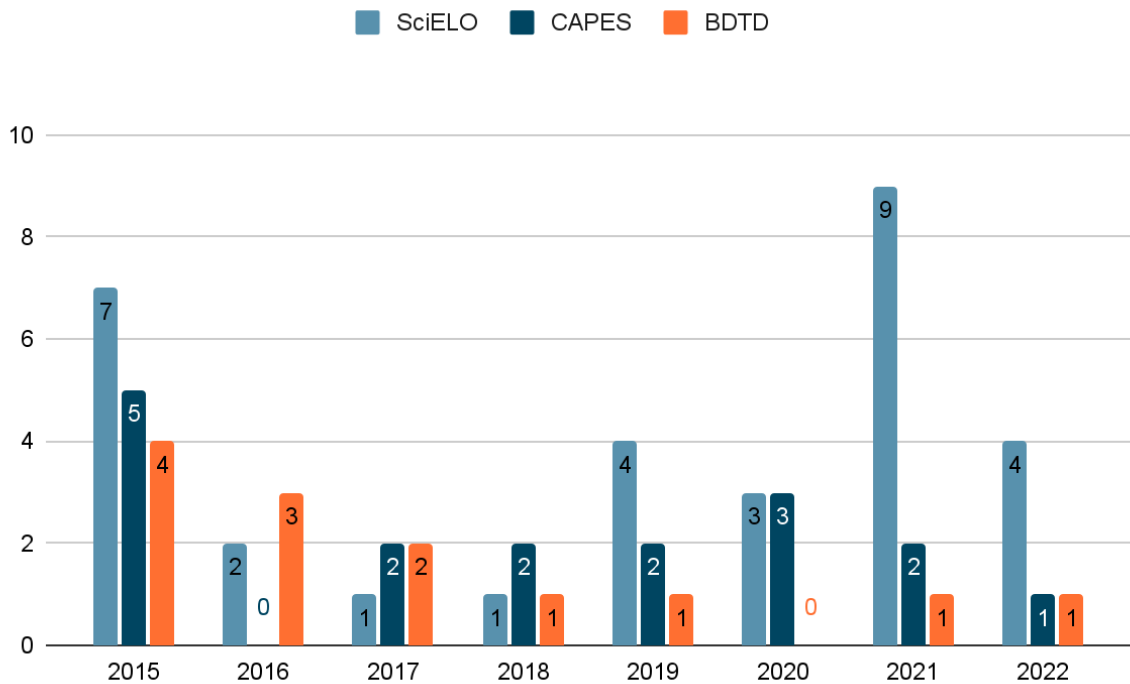
Fim da descrição.

A diferença e o reduzido número de publicações encontradas é um dos pontos que serão utilizados como debate neste capítulo, este dado inicial materializa o que este estudo busca apontar em relação à necessidade de melhor pensar os estudos sobre deficiência no Serviço Social e como a profissão precisa assumir esta categoria em suas publicações, principalmente, quando se leva em consideração a sua relação com a totalidade histórica e os seus atravessamos para a realidade, o que fez parte do diálogo desenvolvido no capítulo 2 desta pesquisa.

4. 1 RESULTADOS DAS BUSCAS REALIZADAS

Nas próximas subseções serão apresentados os resultados obtidos e as análises realizadas, buscando relacionar igualmente os materiais com os debates sobre a categoria deficiência desenvolvidas nos capítulos anteriores deste estudo. Uma das observações que podem ser feitas, levando em consideração uma preocupação desta pesquisa, está relacionada ao número de publicações em cada ano, como já pontuado, o recorte temporal realizado ocorreu, primeiramente, por ser em 2015 o ano de promulgação da LBI, assim a finalidade era compreender se houve nesse período muitas elaborações, além disso, teve como limite o ano de 2022 na tentativa de alcançar publicações mais recentes. Em relação a isso, no Gráfico 1, é possível perceber que 2015 é um dos anos com mais publicações em todas as bases de dados pesquisadas. O que pode indicar que este ano teve maior repercussão e debates voltados para a temática. Vale adicionar que na SciELO, além de 2015, o ano de 2021 também contou com o maior número de materiais publicados, como é possível verificar no Gráfico 1, o que demonstra um aumento relativo de publicações recentes.

Gráfico 1 - Número de publicações por ano



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Descrição da imagem: Gráfico de colunas cujo título é: “Número de publicações por ano”, no eixo Y, na vertical, estão expressas as quantidades, de dois em dois, usadas como referência (iniciando do 0 até 10). No eixo X, na horizontal, está expressa três colunas por ano, de 2015 até 2022. A primeira coluna, da esquerda para direita, na cor azul-claro, representa os números de publicações da SciELO. A segunda coluna, em azul-escuro, representa os números de publicações do portal CAPES, já a terceira coluna, em laranja, representa os números de publicações da BDTD, cada coluna apresenta um número, na parte superior, sinalizando a sua marcação. As informações que compõem o gráfico são as que seguem:

Em 2015: sete publicações da SciELO, cinco do portal CAPES e quatro da BDTD.

Em 2016: duas publicações da SciELO, zero do portal CAPES e três da BDTD.

Em 2017: uma publicação da SciELO, duas do portal CAPES e duas da BDTD.

Em 2018: uma publicação da SciELO, duas do portal CAPES e uma da BDTD.

Em 2019: quatro publicações da SciELO, duas do portal CAPES e uma da BDTD.

Em 2020: três publicações da SciELO, três do portal CAPES e zero da BDTD.

Em 2021: nove publicações da SciELO, duas do portal CAPES e uma da BDTD.

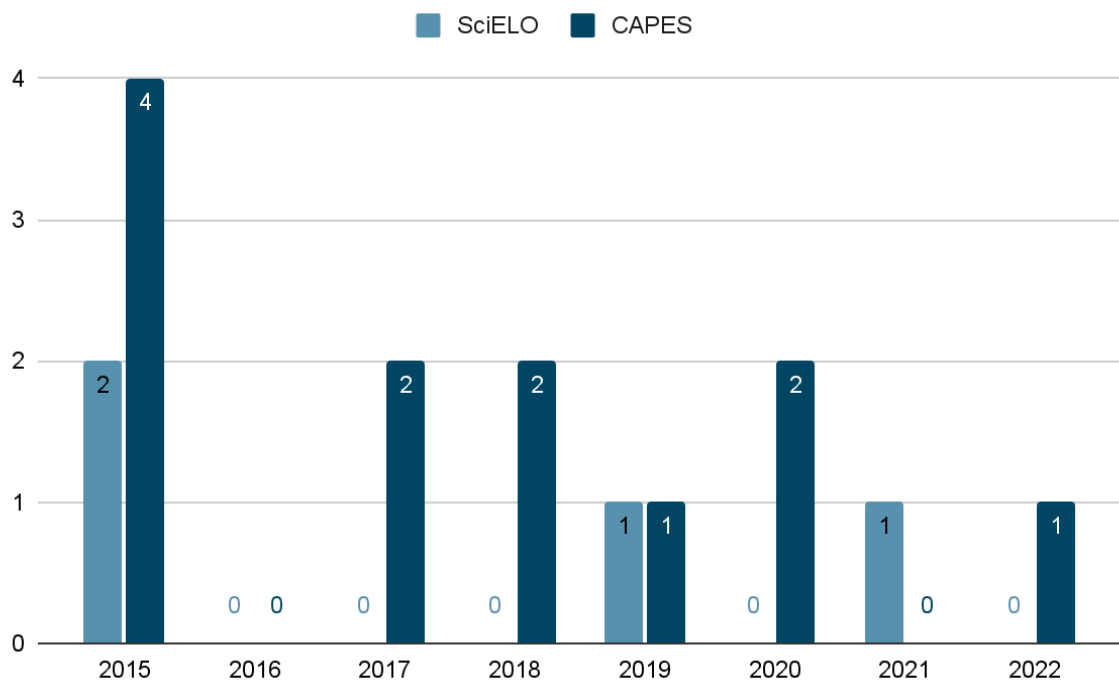
Em 2022: quatro publicações da SciELO, uma do portal CAPES e uma da BDTD.

Fim da descrição.

Ao delimitar as publicações à área do Serviço Social, é possível perceber uma mudança considerável em relação aos números apresentados no Gráfico 1, além disso,

evidencia-se que em alguns anos nenhuma produção teórica registrada foi encontrada nas bases de dados, como aponta o Gráfico 2, que apresenta informações somente da SciELO e CAPES, pois, no Gráfico 1 os resultados apresentados da BDTD já são voltados para o Serviço Social. É possível perceber que nas publicações do Serviço Social o ano de 2015 foi o que mais tiveram materiais também, apesar disso, em 2021 o número de publicações não manteve essa proporcionalidade, como foi destacado em relação às publicações das Ciências Sociais encontradas na SciELO (Gráfico 1).

Gráfico 2 - Número de produções do Serviço Social por ano



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Descrição da imagem: Gráfico de colunas cujo título é: “Número de produções do Serviço Social por ano”, no eixo Y, na vertical, estão expressas as quantidades, de um em um, usadas como referência (iniciando do 0 até 4). No eixo X, na horizontal, está expressa duas colunas por ano, de 2015 até 2022. A primeira coluna, da esquerda para direita, na cor azul claro, representa os números de publicações da SciELO, já a segunda coluna, em azul-escuro, representa os números de publicações do portal CAPES, cada coluna apresenta um número, na parte superior, sinalizando a sua marcação. As informações que compõem o gráfico são as que seguem:

Em 2015: duas publicações da SciELO e quatro do portal CAPES.

Em 2016: zero publicações da SciELO e zero do portal CAPES.

Em 2017: zero publicações da SciELO e duas do portal CAPES.

Em 2018: zero publicações da SciELO e duas do portal CAPES.

Em 2019: uma publicação da SciELO e uma do portal CAPES.

Em 2020: zero publicações da SciELO e duas do portal CAPES.

Em 2021: uma publicação da SciELO e zero do portal CAPES.

Em 2022: zero publicações da SciELO e uma do portal CAPES.

Fim da descrição.

Outro ponto que merece destaque é o fato de que os maiores números de publicações são de artigos e dissertações, além disso, na maioria, foram publicados na revista *Katálysis* e *Serviço Social e Saúde*, algumas em edições diferentes, como é possível perceber nos Quadros 1, 2 e 3. Em relação às dissertações, a maior parte são frutos do programa de pós-graduação da PUC-SP, totalizando oito. Essas informações quantitativas possibilitam uma análise inicial das publicações do Serviço Social na área, compreendendo em quais revistas o debate vem ocorrendo e o quanto está fazendo parte das produções dos programas de pós-graduação. O que será apresentado a seguir buscará expor os pontos debatidos e possibilitar melhores compreensões sobre este e outros debates.

4.1.1 Levantamentos realizados na SciELO

Quadro 1 - Sistematização publicações do Serviço Social encontradas na SciELO

TÍTULO	AUTOR/A	ANO	PALAVRAS-CHAVE	TIPO	REVISTA	CATEGORIA
Benefício de prestação continuada: perspectivas na avaliação médico-social	Alano do Carmo Macêdo e Lucia Conde de Oliveira	2015	Benefício de Prestação Continuada; Pessoa com deficiência; Avaliação médico-social.	Artigo	katálysis	- Formação e atuação profissional. - Benefícios e serviços públicos.
Análise dos modelos de avaliação de requerentes ao benefício de prestação continuada: 2006 a 2012	Miriam Cláudia Spada Bim, Manoela de Carvalho e Neide Tiemi Murofuse	2015	Política social; Processo saúde e doença; Benefício de Prestação Continuada; Avaliação social e médico-pericial.	Artigo	katálysis	- Benefícios e serviços públicos.
Trabalhador com deficiência e Previdência Social	Alano do Carmo Macêdo e Thaynah Barros de Araújo	2019	Trabalho; Previdência Social; Pessoa com deficiência.	Artigo	Serviço Social e Sociedade	- Políticas públicas. - Mercado de trabalho. -Relações sociais e conjuntura.

Deficiência como expressão da questão social	Ana Carolina Castro Cunha	2021	Questão social; Deficiência; Participação social; Docialização dos corpos.	Artigo	Serviço Social e Sociedade	- Relações sociais e conjuntura. -Estudos sobre deficiência e movimento social.
--	---------------------------	------	--	--------	----------------------------	--

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Descrição: Quadro 1 cujo título é: “Sistematização publicações do Serviço Social encontradas na SciELO”, organizada em quatro linhas e sete colunas (sem coloração). Na linha superior estão os títulos que nomeiam as sete colunas: título, autor/a, ano, palavras-chave, tipo, revista e categoria. As informações que compõem o quadro são as que seguem:

Segunda linha: Título: Benefício de prestação continuada: perspectivas na avaliação médico-social. Autor/a: Alano do Carmo Macêdo e Lucia Conde de Oliveira. Ano: 2015. Palavras-chave: Benefício de Prestação Continuada; Pessoa com deficiência; Avaliação médico-social. Tipo: Artigo. Revista: *katálysis*. Categoria: Formação e atuação profissional e Benefícios e serviços públicos.

Terceira linha: Título: Análise dos modelos de avaliação de requerentes ao benefício de prestação continuada: 2006 a 2012. Autor/a: Miriam Cláudia Spada Bim, Manoela de Carvalho e Neide Tiemi. Ano: 2015. Palavras-chave: Política social; Processo saúde e doença; Benefício de Prestação Continuada; Avaliação social e médico-pericial. Tipo: Artigo. Revista: *katálysis*. Categoria: Benefícios e serviços públicos.

Quarta linha: Título: Trabalhador com deficiência e Previdência Social. Autor/a: Alano do Carmo Macêdo e Thaynah Barros de Araújo. Ano: 2019. Palavras-chave: Trabalho; Previdência Social; Pessoa com deficiência. Tipo: Artigo. Revista: Serviço Social e Sociedade. Categoria: Políticas públicas, Mercado de trabalho e Relações sociais e conjuntura.

Quinta linha: Título: Deficiência como expressão da questão social. Autor/a: Ana Carolina Castro Cunha. Ano: 2021. Palavras-chave: Questão social; Deficiência; Participação social; Docialização dos corpos. Tipo: Artigo. Revista: Serviço Social e Sociedade. Categoria: Relações sociais e Estudos sobre deficiência e movimento social.

Fim da descrição.

Ao realizar os levantamentos na SciELO com os descritores selecionados e com o filtro a partir da área de conhecimento, ano e idioma, foram encontrados quarenta resultados, porém, nove foram desconsiderados, três por serem em outro idioma e seis por não terem relação com o tema pesquisado. Além disso, dos trinta e um restantes, foram encontradas apenas quatro produções do Serviço Social, que estão listadas no Quadro 1. Dentre as publicações, duas são da revista *katálysis* e as outras da revista Serviço Social e Sociedade, além disso, algo que merece destaque é o fato de três das publicações terem seus temas relacionados com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), duas voltados para o debate do BPC e uma para o mercado de trabalho, mas pensando sua relação com a previdência

social. O que traz à tona percepções comuns quando se pensa nas principais temáticas debatidas em relação ao campo de estudos sobre deficiência, tendo em vista, que este é um dos principais benefícios socioassistenciais destinados a este público e que vem incentivando pesquisas, o que não foi percebido nos outros resultados (Macêdo & Oliveira, 2015; Bim *et al.*, 2015; Macêdo & Araújo, 2019; Cunha, 2021).

A partir dos resumos, é possível perceber como alguns textos abordam pontos semelhantes, como o fato dos dois artigos da *Katálysis* apresentarem um debate sobre o processo de avaliação médico-social da deficiência para fins de concessão do BPC (Macêdo & Oliveira, 2015; Bim *et al.*, 2015), o que é atravessado diretamente pelos modelos de compreensão da deficiência e consequentemente pelos debates que o modelo social vem construindo ao longo do tempo, como o da ampliação da concepção de deficiência e sua relação com o planejamento das políticas públicas (Medeiros; Diniz, 2000). Retomando o que foi abordado nos capítulos anteriores, sabe-se que a coexistência do modelo social e médico nos processos de avaliação, as contradições do espaço e das relações sociais representam parte dos desafios e contextos que se apresentam para o(a) profissional e que suscitam enfrentamento e articulação por parte da categoria. Por isso, ter artigos que construam este tipo de reflexão é fundamental, tanto para produzir bases para pensar a atuação na avaliação social, quanto para retomar debates históricos e sociais que perpassam a intervenção.

Os dois artigos articulam o debate, principalmente pelo fato do primeiro ter como foco o processo de avaliação médico-social em agências de Fortaleza (Macêdo & Oliveira, 2015) e o segundo realizar justamente uma análise dos modelos de avaliação de requerentes do BPC de uma agência do Paraná (Bim *et al.*, 2015). Além disso, o segundo discute sobre a CIF e aponta como “houve ampliação de requerimentos indeferidos após a implantação do modelo de avaliação em 2007 (59,65%)” (Bim *et al.*, 2015, p. 22), informações importantes para pensar os impactos da implantação da CIF e os dados são curiosos, tendo em vista, que a CIF passou a compreender a deficiência enquanto um caráter também sociológico e político e não estritamente biomédico e possibilitou ampliações (Diniz, 2007), mas no campo da pesquisa e no período de tempo realizado, não fomentou tal ampliação no processo de avaliação.

Na sequência, os dois textos da revista *Serviço Social e Sociedade* também debatem assuntos semelhantes, apesar do primeiro (Macêdo; Araújo, 2019), não ter como foco o debate dos estudos sobre deficiência e movimento, ambos se relacionam quando tratam sobre o assunto a partir da interlocução da categoria deficiência com o modo de produção capitalista. Os materiais reforçam pontos debatidos no modelo social da deficiência,

principalmente, o colocado pela primeira geração, a respeito da deficiência como uma das expressões da questão social e como fruto das relações construídas no capitalismo. Além disso, o texto da Cunha (2021) foi utilizado para construção do embasamento teórico desta pesquisa e traz à tona importantes reflexões e debates em relação ao campo de estudos.

É possível perceber que os artigos não estão voltados a um tipo de deficiência particular, mas em relação à questão geográfica, alguns realizam uma análise a partir de regiões específicas. Além disso, apenas um dos materiais é uma produção interdisciplinar, que envolve o Serviço Social e a Enfermagem, o artigo “Análise dos modelos de avaliação de requerentes ao benefício de prestação continuada: 2006 a 2012”.

Vale pontuar que os materiais encontrados da área de Ciências Sociais Aplicadas não relacionados ao Serviço Social, que não foram listados no Quadro 1, também foram categorizados e para conhecimento serão destacados. Ao realizar a busca foram encontradas vinte e sete produções de diferentes áreas profissionais, que foram categorizadas a partir das categorias de análises definidas e que estão apresentadas na Tabela 2. É possível perceber que algumas categorias não foram encontradas nas publicações e as que mais se destacaram foram: tecnologias assistivas e acessibilidade, mercado de trabalho e políticas públicas.

Tabela 2 - Categorização das produções das Ciências Sociais Aplicadas encontradas na SciELO

CATEGORIA	QUANTIDADE
Formação e atuação profissional	0
Tecnologias assistivas e acessibilidade	13
Direitos sociais	0
Políticas públicas	5
Benefícios e serviços públicos	0
Mercado de trabalho	6
Estudos sobre deficiência e movimento social	2
Relações sociais e conjuntura	0
Família	1

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Descrição: Tabela 2 cujo título é: “Categorização das produções das Ciências Sociais Aplicadas encontradas na SciELO”, organizada em dez linhas e duas colunas (sem coloração). Na linha superior estão os títulos que nomeiam as duas colunas: categoria e quantidade. As informações que compõem a tabela são as que seguem:

Categoria: Formação e atuação profissional. Quantidade: zero.

Categoria: Tecnologias assistivas e acessibilidade. Quantidade: treze.

Categoria: Direitos sociais. Quantidade: zero.

Categoria: Políticas públicas. Quantidade: cinco.

Categoria: Benefícios e serviços públicos. Quantidade: zero.

Categoria: Mercado de trabalho. Quantidade: seis.

Categoria: Estudos sobre deficiência e movimento social. Quantidade: duas.

Categoria: Relações sociais e conjuntura. Quantidade: zero.

Categoria: Família. Quantidade: uma.

Fim da descrição.

4.1.2 Levantamentos realizados no Portal de Periódicos CAPES

Quadro 2 - Sistematização publicações do Serviço Social encontradas no Portal de Periódicos CAPES

TÍTULO	AUTOR/A	ANO	PALAVRAS-CHAVE	TIPO	REVISTA	CATEGORIA
O Serviço Social no CEPRE: da extensão ao ensino e pesquisa	Maria de Fátima de Campos Françoze	2015	Serviço Social; Reabilitação; Ensino; Pesquisa; Extensão.	Artigo	Serviço Social e Saúde	- Formação e atuação profissional.
Educação inclusiva: a estranha necessidade de políticas para incluir pessoas	Jocenir de Oliveira Silva	2015	Serviço Social; Política educacional; Políticas públicas; Educação inclusiva; Inclusão social; Pessoas com deficiência - aspectos sociais.	Tese	PUC-RS	- Políticas públicas. - Relações sociais e conjuntura.
A formação profissional, interdisciplinaridade e seu	Richarla Fortunato Oliveira, Sonia Tebet	2015	Equipe Interdisciplinar de Saúde; Serviço Social.	Artigo	Serviço Social e Saúde	- Formação e atuação profissional.

processo de aquisição	Mesquita e Cleonice da Silva					
Percepções do estudante com necessidades educacionais especiais sobre a política de acessibilidade na universidade	Zélia Zilda Lourenço de Camargo Bittencourt	2015	Inclusão; Acessibilidade Necessidades especiais; Diversidade.	Artigo	Serviço Social e Saúde	- Políticas públicas. - Tecnologias assistivas e acessibilidade.
Novo modelo avaliativo do BPC: desafios, possibilidades ao serviço social	Heloisa Helena da Silva Guedes, Gabriela Lima Fonseca, Rubiane de Souza Ribeiro Abdo, Suélem Alves Santiago Donato, Andrea Toledo de Aguiar e Érica Ferreira Esteves	2017	Avaliação Social; Serviço Social; Benefício Assistencial; Direitos.	Artigo	Temporalis	- Formação e atuação profissional. - Benefícios e serviços públicos.
Trajetória histórico social da população deficiente	Jaquelline Andrade Pereira; Joseana Maria Saraiva	2017	Pessoas com deficiência; Exclusão; Inclusão social.	Artigo	SER Social	- Estudos sobre deficiência e movimento social.
O serviço social nos programas de implante coclear do Brasil	Talita Fernanda Stabile Fernandes; Kátia de Freitas Alvarenga e Sonia Tebet Mesquita	2018	Políticas Públicas de Saúde; Deficiência Auditiva; Implante Coclear; Serviço Social.	Artigo	Serviço Social e Saúde	- Formação e atuação profissional. - Benefícios e serviços públicos.

Repensando a cidadania e a justiça para a pessoa com transtorno mental: olhares a partir das teorias de Marshall e Fraser	Sofia Laurentino Barbosa Pereira e Simone de Jesus Guimarães	2018	Cidadania; Justiça; Pessoa com Transtorno Mental; Política de Saúde Mental.	Artigo	Textos e Contextos	- Direitos sociais.
Defesa dos direitos das pessoas com deficiência: a contribuição da atuação do assistente social da APAE de Três Corações-MG, FUVAE E do Conselho Municipal de Direitos Das Pessoas com deficiência de Varginha-MG	Tatiele Divino Mafra, Cleusimar Cardoso Alves Almeida e Adriana Giaqueto Jacinto.	2019	Pessoas com Deficiência; Defesa de Direitos; Serviço Social; Conselho Municipal.	Artigo	Revista ESMAT	- Formação e atuação profissional. - Direitos sociais.
Os desafios do Benefício de Prestação Continuada para pessoas com deficiência	Isabelle Silva Paravidino Cunha e Ketnen Rose Medeiros Barreto	2020	Benefício de Prestação Continuada; Pessoa com deficiência; Burocracia.	Artigo	Revista Mundo Livre	- Relações sociais e conjuntura - Benefícios e serviços públicos.
Previdência social, trabalho e pessoa com deficiência = Social security, work and the disabled person	Alano do Carmo Macêdo	2020	Trabalho; Previdência Social; Pessoa com deficiência.	Artigo	Textos e Contextos	- Mercado de trabalho. - Relações sociais e conjuntura.
Serviço Social e curatela: um olhar sobre as experiências das pessoas com	Nathalia de Souza e Ana Patrícia Barbosa	2022	Judicialização; Seguridade Social; Cidadania; Pessoa com Deficiência;	Artigo	Revista Conhecimento Online	- Formação e atuação profissional. - Relações sociais e conjuntura.

deficiência em Arroio dos Ratos/RS			Direitos sociais.			- Direitos sociais.
------------------------------------	--	--	-------------------	--	--	---------------------

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Descrição: Quadro 2 cujo título é: “Sistematização publicações do Serviço Social encontradas no Portal de Periódicos CAPES”, organizada em treze linhas e sete colunas (sem coloração). Na linha superior estão os títulos que nomeiam as sete colunas: título, autor/a, ano, palavras-chave, tipo, revista e categoria. As informações que compõem o quadro são as que seguem:

Segunda linha: Título: O Serviço Social no CEPRE: da extensão ao ensino e pesquisa. Autor/a: Maria de Fátima de Campos França. Ano: 2015. Palavras-chave: Serviço Social; Reabilitação; Ensino; Pesquisa; Extensão. Tipo: Artigo. Revista: Serviço Social e Saúde. Categoria: Formação e atuação profissional.

Terceira linha: Título: Educação inclusiva: a estranha necessidade de políticas para incluir pessoas. Autor/a: Jocenir de Oliveira Silva. Ano: 2015. Palavras-chave: Serviço Social; Política educacional; Políticas públicas; Educação inclusiva; Inclusão social; Pessoas com deficiência - aspectos sociais. Tipo: Tese. Revista: PUC-RS. Categoria: Políticas públicas e Relações sociais e conjuntura.

Quarta linha: Título: A formação profissional, interdisciplinaridade e seu processo de aquisição. Autor/a: Richarla Fortunato Oliveira, Sonia Tebet Mesquita e Cleonice da Silva. Ano: 2015. Palavras-chave: Equipe Interdisciplinar de Saúde; Serviço Social. Tipo: Artigo. Revista: Serviço Social e Saúde. Categoria: Formação e atuação profissional.

Quinta linha: Título: Percepções do estudante com necessidades educacionais especiais sobre a política de acessibilidade na universidade. Autor/a: Zélia Zilda Lourenço de Camargo Bittencourt. Ano: 2015. Palavras-chave: Inclusão; Acessibilidade; Necessidades especiais; Diversidade. Tipo: Artigo. Revista: Serviço Social e Saúde. Categoria: Políticas públicas e Tecnologias assistivas e acessibilidade.

Sexta linha: Título: Novo modelo avaliativo do BPC: desafios, possibilidades ao serviço social. Autor/a: Heloisa Helena da Silva Guedes, Gabriela Lima Fonseca, Rubiane de Souza Ribeiro Abdo, Suélem Alves Santiago Donato, Andrea Toledo de Aguiar e Érica Ferreira Esteves. Ano: 2017. Palavras-chave: Avaliação Social; Serviço Social; Benefício Assistencial; Direitos. Tipo: Artigo. Revista: Temporalis. Categoria: Formação e atuação profissional e Benefícios e serviços públicos.

Sétima linha: Título: Trajetória histórico social da população deficiente. Autor/a: Jaqueline Andrade Pereira; Joseana Maria Saraiva. Ano: 2017. Palavras-chave: Pessoas com deficiência; Exclusão; Inclusão social. Tipo: Artigo. Revista: SER Social. Categoria: Estudos sobre deficiência e movimento social.

Oitava linha: Título: O serviço social nos programas de implante coclear do Brasil. Autor/a: Talita Fernanda Stabile Fernandes; Kátia de Freitas Alvarenga e Sonia Tebet Mesquita. Ano: 2018. Palavras-chave: Políticas Públicas de Saúde; Deficiência Auditiva; Implante Coclear; Serviço Social. Tipo: Artigo. Revista: Serviço Social e Saúde. Categoria: Formação e atuação profissional e Benefícios e serviços públicos.

Nona linha: Título: Repensando a cidadania e a justiça para a pessoa com transtorno mental: olhares a partir das teorias de Marshall e Fraser. Autor/a: Sofia Laurentino Barbosa Pereira e Simone de Jesus Guimarães. Ano: 2018. Palavras-chave: Cidadania; Justiça; Pessoa com Transtorno Mental; Política de Saúde Mental. Tipo: Artigo. Revista: Textos e Contextos. Categoria: Direitos sociais.

Décima linha: Título: Defesa dos direitos das pessoas com deficiência: a contribuição da atuação do assistente social da APAE de Três Corações-MG, FUVAE E do Conselho Municipal de Direitos Das Pessoas com deficiência de Varginha-MG. Autor/a: Tatiele Divino Mafra, Cleusimar Cardoso Alves Almeida e Adriana Giaqueto Jacinto. Ano: 2019. Palavras-chave: Pessoas com Deficiência; Defesa de Direitos; Serviço Social; Conselho Municipal. Tipo: Artigo. Revista: Revista ESMAT. Categoria: Formação e atuação profissional e Direitos sociais.

Décima primeira linha: Título: Os desafios do Benefício de Prestação Continuada para pessoas com deficiência. Autor/a: Isabelle Silva Paravidino Cunha e Ketnen Rose Medeiros Barreto. Ano: 2020. Palavras-chave: Benefício de Prestação Continuada; Pessoa com deficiência; Burocracia. Tipo: Artigo. Revista: Revista Mundo Livre. Categoria: Relações sociais e conjuntura e Benefícios e serviços públicos.

Décima segunda linha: Título: Previdência social, trabalho e pessoa com deficiência = Social security, work and the disabled person. Autor/a: Alano do Carmo Macêdo. Ano: 2020. Palavras-chave: Trabalho. Previdência Social. Pessoa com deficiência. Tipo: Artigo. Revista: Textos e Contextos. Categoria: Mercado de trabalho e Relações sociais e conjuntura.

Décima terceira linha: Título: Serviço Social e curatela: um olhar sobre as experiências das pessoas com deficiência em Arroio dos Ratos/RS. Autor/a: Nathalia de Souza e Ana Patrícia Barbosa. Ano: 2022. Palavras-chave: Judicialização; Seguridade Social; Cidadania; Pessoa com Deficiência; Direitos sociais. Tipo: Artigo. Revista: Revista Conhecimento Online. Categoria: Formação e atuação profissional, Relações sociais e conjuntura e Direitos sociais.

Fim da descrição.

Os levantamentos realizados na base de dados do Portal de Periódicos CAPES forneceram trinta e quatro resultados, sendo que destes foram desconsiderados dezoito, pois dois eram em outro idioma do utilizado no critério; três estavam repetidos nos resultados; três foram publicados em revistas internacionais ou eram estudos em outros países; quatro eram os mesmos encontrados na SciELO; cinco não tinham relação com o tema pesquisado e um estava fora do critério relacionado ao tipo de literatura. Além disso, dos dezesseis resultados, doze eram produções do Serviço Social, dentre eles apenas um representava um trabalho interdisciplinar, o artigo “O serviço social nos programas de implante coclear do Brasil”, que envolve o Serviço Social e a Fonoaudiologia, o artigo busca conhecer a atuação do(a) assistente social nos Núcleos habilitados para desenvolver Programa de Implante Coclear do Brasil (Fernandes; Alvarenga; Mesquita, 2018). A preocupação deste estudo com as produções que articulam o Serviço Social e outras áreas ocorre pela compreensão da importância do trabalho em rede e da busca da articulação entre intersetorialidade, integralidade e interdisciplinaridade (Ronzoni, 2019) para o desenvolvimento de uma ação qualificada. Além disso, pelo reconhecimento de que cada área do saber pode trazer contribuições distintas e importantes.

Em relação ao debate do trabalho interdisciplinar, dois dos artigos fazem esta discussão diretamente, sendo eles: “O Serviço Social no CEPRE: da extensão ao ensino e pesquisa” e “a formação profissional, interdisciplinaridade e seu processo de aquisição”. Os materiais apontam como os(as) assistente social ocupam equipes com diferentes profissionais e reforçam como o trabalho interdisciplinar está no cotidiano das ações dos serviços, tendo em vista está questão, o segundo artigo verificou “a necessidade de investigar o conhecimento que esses profissionais possuem sobre o tema: a interdisciplinaridade” (Françoze, 2015, p. 71) e fizeram pesquisas com os(as) profissionais. Outro ponto que merece destaque é que ambos são produções pensadas a partir da inserção em serviços da área da saúde, sendo o primeiro voltado para o Centro de Estudos e Pesquisas em Reabilitação “Prof. Dr. Gabriel Oliveira da Silva Porto” (CEPRE) e o segundo para uma unidade do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais (HRAC) da Universidade de São Paulo (USP) (Oliveira; Mesquita; Silva, 2015), que atende pessoas surdas, assim como o CEPRE, que também atende pessoas com deficiência visual.

Os três artigos citados abordam o tema da atuação profissional, a categoria que predominou nos materiais encontrados, mesmo aqueles identificados com mais de uma categoria de análise estabelecida. O que possibilita perceber uma preocupação da profissão com o planejamento da atuação profissional e da apreensão da categoria deficiência na articulação com o cotidiano de trabalho, vale ressaltar, como esta pesquisa buscava justamente compreender se as produções estavam alimentando estes debates e pensando a relação do tema com a intervenção profissional, entendendo que são temas urgentes e necessários para a profissão. Ao destacar os materiais encontrados, o que também trata sobre a formação e atuação profissional é o “Serviço Social e curatela: um olhar sobre as experiências das pessoas com deficiência em Arroio dos Ratos/RS”, que aponta como um dos motivadores para o desenvolvimento do estudo, as experiências vivenciadas durante o estágio curricular obrigatório em Serviço Social (Souza; Barbosa, 2022). O artigo irá debater a atuação no campo sociojurídico e a contradição existentes em relação aos direitos conquistados em lei e a sua efetiva garantia para pessoas com deficiência. Além dos debates voltados para questões estruturais e a relação do modo de produção capitalista e a categoria deficiência, questões fundamentais para melhor compreensão dos desafios e demandas que surgem para a profissão.

O outro artigo que também trata sobre a atuação profissional é: “defesa dos direitos das pessoas com deficiência: a contribuição da atuação do assistente social da APAE de Três Corações-MG, FUVAE e do Conselho Municipal de Direitos das pessoas com deficiência de Varginha-MG”, que irá apontar o processo de atuação pensando a política de assistência social

em uma Organização da Sociedade Civil. A pesquisa realizou entrevistas com assistentes sociais e secretária coordenadora da APAE, mas também com usuários(as) e conselheiros(as) da CODEVA (Mafra; Almeida; Jacinto, 2019), a articulação do artigo com questões voltados a participação social e o debate sobre direitos sociais é de fundamental importância, além de fortalecer o que este estudo se propôs, ao dialogar sobre as ações do movimento das pessoas com deficiência e o seu processo e inserção nos espaços de planejamento e decisão das políticas públicas.

Ao pensar o debate sobre a trajetória do movimento social das pessoas com deficiência, apenas um dos artigos teve essa discussão como proposta principal, que seria o material: “Trajetória histórico social da população deficiente”, que retoma as diferentes concepções de deficiência a partir de cada momento da sociedade (Pereira; Saraiva, 2017). Na sequência, tiveram outras produções que falaram sobre a política de educação, sendo o artigo: “Percepções do estudante com necessidades educacionais especiais sobre a política de acessibilidade na universidade” e a tese: “Educação inclusiva: a estranha necessidade de políticas para incluir pessoas”, que “analisa as Políticas Públicas de Educação para o atendimento das Pessoas com Deficiência” (Silva, 2015, p. 7) e busca compreender o seu processo de implementação em regiões do Rio Grande do Sul e toda a contradição existente entre o preconizado na política e o que está sendo executado. O artigo irá debater sobre a política de acessibilidade na universidade de Campinas, apontando questões voltadas à estrutura das políticas e às condições de inclusão e acessibilidade (Bittencourt, 2015).

Em relação ao BPC, dois artigos fazem o debate, sendo eles: “Novo modelo avaliativo do BPC: desafios, possibilidades ao Serviço Social” e “Os desafios do Benefício de Prestação Continuada para pessoas com deficiência”. O primeiro discute a atuação profissional do Serviço Social no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a partir das avaliações sociais (Guedes *et al.*, 2017) e o segundo debate sobre os desafios que perpassam o acesso ao benefício e como os critérios são restritos e excludentes, além de articular com a conjuntura (Cunha; Barreto, 2020). É possível perceber a relação dos debates com os artigos encontrados na SciELO, que estavam voltados à questão do BPC. Ainda nos diálogos relacionados ao INSS, pode-se destacar o artigo, “Previdência social, trabalho e pessoa com deficiência”, que trata sobre a aposentadoria do trabalhador com deficiência em meio a conjuntura de cortes e retrocessos e todos os impactos disso para a classe trabalhadora, além disso, relaciona a categoria deficiência com o modo de produção capitalista (Macêdo, 2020). Vale apontar que este documento também debate questões similares ao destacado nas buscas da SciELO, que é voltado a categoria mercado de trabalho. Já o último artigo que foi

encontrado debatia questões relacionadas à cidadania e justiça social (Pereira; Guimarães, 2018), sendo ele: “Repensando a cidadania e a justiça para a pessoa com transtorno mental: olhares a partir das teorias de Marshall e Fraser”.

A pesquisa em questão, ao analisar os materiais, buscou identificar alguns pontos nos debates desenvolvidos, como, por exemplo, se delimitaram em seus estudos um tipo de deficiência ou ainda uma região específica, e foi possível perceber que alguns tiveram esses direcionamentos. Além disso, a categoria, formação e atuação profissional foi a que mais prevaleceu nos debates e as articulações ocorreram pensando, principalmente, na seguridade social. Vale acrescentar que algumas categorias não foram encontradas nos resultados e a maioria das produções teve o predomínio de duas ou mais categorias, vale apontar que se entende que os materiais abordam os temas das categorias de forma geral e que acabam perpassando inúmeros deles.

As produções encontradas que não eram do Serviço Social também foram brevemente analisadas e categorizadas, embora não tenham sido listadas no Quadro 2, assim como foi feito com os resultados obtidos na base de dados da SciELO, será apresentado na Tabela 3 a quantidade de materiais delimitados em cada categoria. Na busca foram encontradas cinco produções de diferentes áreas profissionais. É possível perceber que a categoria que mais se destacou foi a da formação e atuação profissional.

Tabela 3 - Categorização das produções das Ciências Sociais Aplicadas encontradas no Portal de Periódicos CAPES

CATEGORIA	QUANTIDADE
Formação e atuação profissional	3
Tecnologias assistivas e acessibilidade	0
Direitos sociais	0
Políticas públicas	1
Benefícios e serviços públicos	0
Mercado de trabalho	0
Estudos sobre deficiência e movimento social	0
Relações sociais e conjuntura	0

Família	1
---------	---

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Descrição: Tabela 3 cujo título é: “Categorização das produções das Ciências Sociais Aplicadas encontradas no Portal de Periódicos CAPES”, organizada em dez linhas e duas colunas (sem coloração). Na linha superior estão os títulos que nomeiam as duas colunas: categoria e quantidade. As informações que compõem a tabela são as que seguem:

Categoria: Formação e atuação profissional. Quantidade: três.

Categoria: Tecnologias assistivas e acessibilidade. Quantidade: zero.

Categoria: Direitos sociais. Quantidade: zero.

Categoria: Políticas públicas. Quantidade: uma.

Categoria: Benefícios e serviços públicos. Quantidade: zero.

Categoria: Mercado de trabalho. Quantidade: zero.

Categoria: Estudos sobre deficiência e movimento social. Quantidade: zero.

Categoria: Relações sociais e conjuntura. Quantidade: zero.

Categoria: Família. Quantidade: uma.

Fim da descrição.

4.1.3 Levantamentos realizados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)

A busca realizada na BDTD resultou na descoberta de dezoito produções, mas o resultado considerado foram de treze publicações, pois algumas foram desconsideradas, já que uma estava repetida nos próprios resultados, três não tinham relação com o tema pesquisado e uma não era uma produção do Serviço Social. O Quadro 3 apresenta cada resultado encontrado, apontando a instituição que o programa está vinculado e a categoria classificada. O debate sobre a formação e atuação profissional foi o que mais teve destaque, assim como ocorreu nos resultados obtidos na base de dados CAPES.

Quadro 3 - Sistematização publicações do Serviço Social encontradas na BDTD

TÍTULO	AUTOR/A	ANO	PALAVRAS-CHAVE	TIPO	INSTITUIÇÃO	CATEGORIA
Pessoas com deficiência e o mundo do trabalho no município de Dois Vizinhos/PR	Veridiana Lúcia Stachowski Kuss	2015	Pessoas com deficiência - Emprego - Legislação; Trabalho - Aspectos sociais; Educação -	Dissertação	UNICENTRO	- Mercado de trabalho

			Aspectos sociais.			
Educação inclusiva: uma reflexão sobre a política social da pessoa com deficiência.	Sandra Gomes Ramos	2015	Pessoa com deficiência; Política social; Proteção social; Educação inclusiva; Cidadania; Emancipação	Dissertação	PUC - GOIÁS	- Políticas públicas
Avaliação social baseada na classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde em crianças com paralisia cerebral	Viviane Duarte Correia	2015	Dados sócio demográficos; Classificação internacional de funcionalidade; Incapacidade e saúde; Paralisia cerebral.	Dissertação	PUC-SP	- Formação e atuação profissional
Língua Brasileira de Sinais: uma ponte de amor entre pais ouvintes e filhos surdos	Lidiane Helena Reinaldo Franco	2015	Língua Brasileira de Sinais; LIBRAS; Família; Comunicação; Pais ouvintes e filhos surdos.	Dissertação	PUC-SP	- Família
A inclusão social de pessoas com deficiência visual: realidade ou discurso?	Juliana Cristina Diniz Gomes	2016	Deficiência visual; Inclusão social; Políticas públicas.	Dissertação	PUC-SP	- Políticas públicas
A política de inclusão de estudantes cegos na educação superior na	Erika Luzia Lopes da Silva Ferreira	2016	Política de inclusão; Deficiência visual; Cegos na educação	Dissertação	UFRN	- Políticas públicas. - Estudos sobre deficiência e movimento

UFRN: do acesso à permanência			superior; Preconceito.			social.
O benefício de prestação continuada na contemporaneidade brasileira: defesa de direitos nos percursos de ajuste do Estado	Kamylla Queiroz de Moura	2016	Crise estrutural; Ajuste do Estado; Seguridade social; Assistência social; Benefício da Prestação Continuada.	Dissertação	UFRN	- Benefícios e serviços públicos e - Relações sociais e conjuntura.
O projeto profissional do serviço social na defesa e garantia de direitos da pessoa com deficiência: espaço de resistência e luta na Cidade de São José dos Campos	Fábio Alexandre Gomes	2017	Deficientes - Assistência em instituições; Assistentes sociais - Prática profissional; Deficientes - Direitos fundamentais .	Tese	PUC-SP	- Formação e atuação profissional
O direito constitucional ao Benefício de Prestação Continuada da assistência social (BPC): o penoso caminho para o acesso	Roberta Stopa	2017	Benefício de Prestação Continuada (Brasil); Seguridade Social - Brasil; Assistência Social - Brasil.	Tese	PUC-SP	- Benefícios e serviços públicos
A atuação do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência	Leila Jesus de Souza	2018	Conselho Municipal da Pessoa Deficiente (Sao Paulo, SP);	Dissertação	PUC-SP	- Estudos sobre deficiência e movimento social e - Direitos

na cidade de São Paulo			Deficientes; São Paulo (cidade) - Política social.			sociais.
O elo (des)construído: trajetórias de jovens trabalhadores acidentados no contexto do mundo do trabalho e da Reabilitação Profissional do INSS	Renata Soraia de Paula	2019	Precarização do trabalho; Previdência Social; Reabilitação profissional.	Dissertação	PUC-SP	- Mercado de trabalho e - Relações sociais e conjuntura.
Acesso judicializado ao Benefício de Prestação Continuada: modos de presença da perícia social no Brasil	Lucineia do Carmo Souza	2021	Benefício de Prestação Continuada (Brasil); Justiça social; Serviço social com pessoas socialmente excluídas.	Dissertação	PUC-SP	- Benefícios e serviços públicos e - Formação e atuação profissional
O assistente social no atendimento à pessoa com deficiência: uma análise das demandas e respostas profissionais nos serviços socioassistenciais do município de Juiz de Fora	Giselle Mara Cardoso da Costa	2022	Intervenção do assistente social; Demandas e respostas profissionais; Pessoas com deficiência; Política de assistência social.	Dissertação	UFJF	- Formação e atuação profissional

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Descrição: Quadro 3 cujo título é: “Sistematização publicações do Serviço Social encontradas na BDTD”, organizada em catorze linhas e sete colunas (sem coloração). Na linha superior estão os títulos que nomeiam as sete colunas: título, autor/a, ano, palavras-chave, tipo, instituição e categoria. As informações que compõem o quadro são as que seguem:

Segunda linha: Título: Pessoas com deficiência e o mundo do trabalho no município de Dois Vizinhos/PR. Autor/a: Veridiana Lúcia Stachowski Kuss. Ano: 2015. Palavras-chave: Pessoas com deficiência - Emprego - Legislação; Trabalho - Aspectos sociais; Educação - Aspectos sociais. Tipo: Dissertação. Instituição: UNICENTRO. Categoria: Mercado de trabalho.

Terceira linha: Título: Educação inclusiva: uma reflexão sobre a política social da pessoa com deficiência. Autor/a: Sandra Gomes Ramos. Ano: 2015. Palavras-chave: Pessoa com deficiência; Política social; Proteção social; Educação inclusiva; Cidadania; Emancipação. Tipo: Dissertação. Instituição: PUC - GOIÁS. Categoria: Políticas públicas.

Quarta linha: Título: Avaliação social baseada na classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde em crianças com paralisia cerebral. Autor/a: Viviane Duarte Correia. Ano: 2015. Palavras-chave: Dados sócio demográficos; Classificação internacional de funcionalidade Incapacidade e saúde; Paralisia cerebral. Tipo: Dissertação. Instituição: PUC-SP. Categoria: Formação e atuação profissional.

Quinta linha: Título: Língua Brasileira de Sinais: uma ponte de amor entre pais ouvintes e filhos surdos. Autor/a: Lidiane Helena Reinaldo Franco. Ano: 2015. Palavras-chave: Língua Brasileira de Sinais; LIBRAS; Família; Comunicação Pais ouvintes e filhos surdos. Tipo: Dissertação. Instituição: PUC-SP. Categoria: Família.

Sexta linha: Título: A inclusão social de pessoas com deficiência visual: realidade ou discurso? Autor/a: Juliana Cristina Diniz Gomes. Ano: 2016. Palavras-chave: Deficiência visual; Inclusão social; Políticas públicas. Tipo: Dissertação. Instituição: PUC-SP. Categoria: Políticas públicas.

Sétima linha: Título: A política de inclusão de estudantes cegos na educação superior na UFRN: do acesso à permanência. Autor/a: Erika Luzia Lopes da Silva Ferreira. Ano: 2016. Palavras-chave: Política de inclusão; Deficiência visual; Cegos na educação superior; Preconceito. Tipo: Dissertação. Instituição: UFRN. Categoria: Políticas públicas e Estudos sobre deficiência e movimento social.

Oitava linha: Título: O benefício de prestação continuada na contemporaneidade brasileira: defesa de direitos nos percursos de ajuste do Estado. Autor/a: Kamylla Queiroz de Moura. Ano: 2016. Palavras-chave: Crise estrutural; Ajuste do Estado; Seguridade social; Assistência social; Benefício da Prestação Continuada. Tipo: Dissertação. Instituição: UFRN. Categoria: Benefícios e serviços públicos e Relações sociais e conjuntura.

Nona linha: Título: O projeto profissional do serviço social na defesa e garantia de direitos da pessoa com deficiência: espaço de resistência e luta na Cidade de São José dos Campos. Autor/a: Fábio Alexandre Gomes. Ano: 2017. Palavras-chave: Deficientes; Assistência em instituições; Assistentes sociais; Prática profissional; Deficientes; Direitos fundamentais. Tipo: Tese. Instituição: PUC-SP. Categoria: Formação e atuação profissional.

Décima linha: Título: O direito constitucional ao Benefício de Prestação Continuada da assistência social (BPC): o penoso caminho para o acesso. Autor/a: Roberta Stopa. Ano: 2017. Palavras-chave: Benefício de Prestação Continuada (Brasil); Seguridade Social - Brasil; Assistência Social - Brasil. Tipo: Tese. Instituição: PUC-SP. Categoria: Benefícios e serviços públicos.

Décima primeira linha: Título: A atuação do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência na cidade de São Paulo. Autor/a: Leila Jesus de Souza. Ano: 2018. Palavras-chave: Conselho Municipal da Pessoa Deficiente (Sao

Paulo, SP); Deficientes; São Paulo (cidade) - Política social. Tipo: Dissertação. Instituição: PUC-SP. Categoria: Estudos sobre deficiência e movimento social e Direitos sociais.

Décima segunda linha: Título: O elo (des)construído: trajetórias de jovens trabalhadores acidentados no contexto do mundo do trabalho e da Reabilitação Profissional do INSS. Autor/a: Renata Soraia de Paula. Ano: 2019. Palavras-chave: Precarização do trabalho; Previdência Social; Reabilitação profissional. Tipo: Dissertação. Instituição: PUC-SP. Categoria: Mercado de trabalho e Relações sociais e conjuntura.

Décima terceira linha: Título: Acesso judicializado ao Benefício de Prestação Continuada: modos de presença da perícia social no Brasil. Autor/a: Lucineia do Carmo Souza. Ano: 2021. Palavras-chave: Benefício de Prestação Continuada (Brasil); Justiça social; Serviço social com pessoas socialmente excluídas. Tipo: Dissertação. Instituição: PUC-SP. Categoria: Benefícios e serviços públicos e Formação e atuação profissional.

Décima quarta linha: Título: O assistente social no atendimento à pessoa com deficiência: uma análise das demandas e respostas profissionais nos serviços socioassistenciais do município de Juiz de Fora. Autor/a: Giselle Mara Cardoso da Costa. Ano: 2022. Palavras-chave: Intervenção do assistente social; Demandas e respostas profissionais; Pessoas com deficiência; Política de assistência social. Tipo: Dissertação. Instituição: UFJF. Categoria: Formação e atuação profissional.

Fim da descrição.

Em relação às dissertações e teses encontradas e a categoria formação e atuação profissional, há as produções: “O assistente social no atendimento à pessoa com deficiência: uma análise das demandas e respostas profissionais nos serviços socioassistenciais do município de Juiz de Fora” (Costa, 2022), “O projeto profissional do serviço social na defesa e garantia de direitos da pessoa com deficiência: espaço de resistência e luta na Cidade de São José dos Campos” (Gomes, 2017), “Avaliação social baseada na classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde em crianças com paralisia cerebral”, a última realiza o debate pensando na CIF e as contribuições para ação profissional do Serviço Social nas equipes de reabilitação (Correia, 2015). Além disso, há a que foi observada com está e com a categoria benefícios e serviços sociais, pois trata sobre o BPC e a atuação profissional enquanto perito(a) na justiça federal e estadual, quando ocorre o processo de judicialização para acessar o benefício, sendo a dissertação: “Acesso judicializado ao Benefício de Prestação Continuada: modos de presença da perícia social no Brasil” (Souza, 2021).

O debate relacionado ao BPC esteve presente em outros documentos também, sendo eles: “O benefício de prestação continuada na contemporaneidade brasileira: defesa de direitos nos percursos de ajuste do Estado” e “O direito constitucional ao Benefício de Prestação Continuada da assistência social (BPC): o penoso caminho para o acesso”. O primeiro busca compreender a expansão do BPC no Rio Grande do Norte e faz o debate relacionado com as questões estruturais e conjunturais (Moura, 2016), já o segundo busca analisar o processo de regulamentação e operacionalização do BPC, destacando sua trajetória

e os momentos de lutas para garantia do direito (Stopa, 2017). A partir do exposto, é possível perceber como os materiais carregam temas que se complementam e relacionam.

Outros debates que estão presentes nas produções estão relacionados a política de educação, que discutem as legislações existentes, sendo a dissertação “educação inclusiva: uma reflexão sobre a política social da pessoa com deficiência” (Ramos, 2015), que trata sobre. Além desta, a dissertação “A política de inclusão de estudantes cegos na educação superior na UFRN: do acesso à permanência”, irá analisar a política de inclusão de estudantes cegos com foco na UFRN e para isso, retomará a trajetória histórica das pessoas com deficiência (Ferreira, 2016). Outra dissertação que irá falar sobre a inclusão de pessoas com deficiência visual é: “A inclusão social de pessoas com deficiência visual: realidade ou discurso?”, que trata sobre o acesso às políticas públicas e a contradição existentes na realidade entre inclusão e exclusão (Gomes, 2016).

As produções voltadas para o tema do mercado de trabalho também foram encontradas, entre elas: “Pessoas com deficiência e o mundo do trabalho no município de Dois Vizinhos/PR” e “O elo (des)construído: trajetórias de jovens trabalhadores acidentados no contexto do mundo do trabalho e da Reabilitação Profissional do INSS”, a primeira tem como foco o debate da educação e a relação com o mundo do trabalho para pessoas com deficiência, aponta legislações e as principais atividades que as pessoas com deficiência estão inseridas, análises realizadas a partir de entrevistas e outros instrumentos (Kuss, 2015). A segunda dissertação, busca analisar “trajetórias profissionais de jovens trabalhadores acidentados no trabalho do Programa de Reabilitação Profissional do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) da Agência da Previdência Social (APS) do Município de Guarulhos (São Paulo)” (Paula, 2019, p. 9). Além disso, aponta como a precarização das condições e relações de trabalho estão sendo corroborando para a existência de acidentes de trabalhos, debates estes realizados nos capítulos anteriores, retomar como o modo de produção capitalista é estruturado a partir das sobrecargas e desgastes da classe trabalhadora e que esses ordenamentos do trabalho podem gerar lesão (Diniz, 2007).

As outras duas dissertações encontradas tratam e foram categorizadas por distintas categorias, uma retoma o movimento político das pessoas com deficiência e a sua relação com a participação em espaços de participação e destaca a atuação de um Conselho (Souza, 2018), sendo a produção que faz este debate: “A atuação do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência na cidade de São Paulo”, já a outra está relacionada com a categoria família e aponta a relação entre crianças surdas e a família, destacando o momento da descoberta e a importância do conhecimento da língua de sinais como forma de comunicação entre pais

ouvintes e crianças com surdez, a dissertação: “Língua Brasileira de Sinais: uma ponte de amor entre pais ouvintes e filhos surdos”, que faz esta discussão (Franco, 2015).

É possível notar que assim como ocorreu nos levantamentos em outras bases de dados, houve categorias com mais destaques e outras com o debate inexistente, além disso, a relação de complemento de muitos materiais é igualmente notória, como ocorre com as produções que destacam a atuação dos Conselhos de direitos nesta base de dados e na SciELO.

4. 2 PONTOS DE ANÁLISES NAS BUSCAS REALIZADAS

Ao longo da exposição das produções encontradas nas três bases de dados, inúmeros elementos foram pontuados e analisados, cabe o destaque de algumas questões, como o do número de materiais publicados, principalmente, quando direcionado apenas para produções do Serviço Social. A necessidade de debater o tema é cada vez mais latente, seja pelas demandas que chegam até os(as) profissionais ou ainda pela relação indispensável da categoria deficiência para compreensão da totalidade e das expressões da questão social. Tendo em vista a importância destas análises para pensar a atuação da profissão, há uma preocupação quando é feita a reflexão a respeito da soma de publicações existentes, principalmente, quando se leva em consideração que atualmente o número de profissionais com registro nos CRESS é de, em média, 176 mil pessoas (CFESS, 2022), que a contagem de cursos de Serviço Social ativos seja, em média, de 620 (MEC, 2023) e se pontuar a quantidade de cursos de especialização na área do Serviço Social, o número é de um pouco mais de 1000 resultados (MEC, 2023), o que reforça como o Serviço Social apresenta um conjunto considerável de profissionais e espaços de formação e pesquisa, mas que ainda pouco desenvolvem produções e pesquisas no campo de estudos da deficiência.

Além disso, é necessário reforçar que estes debates não estão distantes do cotidiano da atuação e que perpassam os diferentes espaços ocupacionais, além disso, assistentes sociais não só atendem pessoas com deficiência, mas também são uma categoria composta por pessoas com deficiência. Por isso, ter produções e discussões da temática é indispensável para uma melhor compreensão do assunto e para construção dos enfrentamentos, tendo em vista, que atuação ocorre em meio a um modo de produção que oprime, discrimina e exclui pessoas com lesão. Ter uma ação condizentes com o preconizado no Código de Ética da profissão e no defendido no projeto ético-político, em relação a uma ação transformadora, emancipadora e alinhada com as demandas da classe trabalhadora, requer da profissão maior aproximação

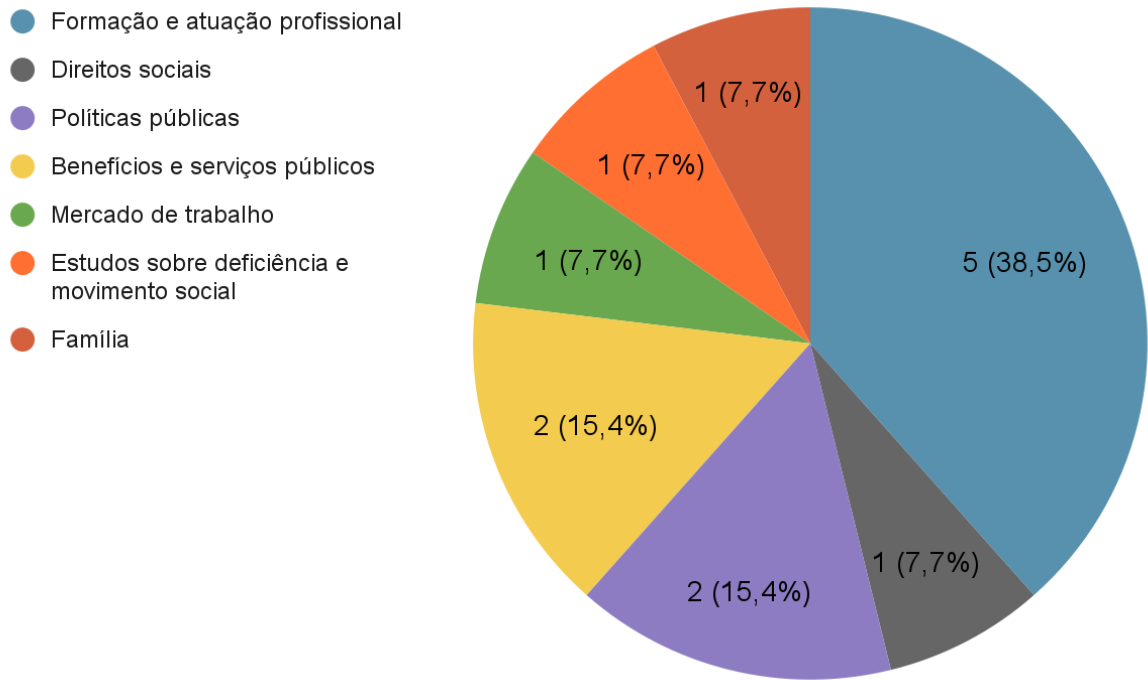
com os estudos sobre deficiência e da compreensão da sua relação com as relações sociais estabelecidas neste modo de produção.

Tendo em vista o que foi apontado, é importante destacar uma pesquisa desenvolvida pelo conjunto CFESS-CRESS, que buscava identificar o perfil de assistentes sociais com Deficiência no Brasil, o levantamento contou com a resposta e participação de 291 assistentes sociais e/ou bacharéis em Serviço Social com deficiência (CFESS, 2023) e com participantes que declararam não possuir nenhuma deficiência, apesar do número baixo de participantes, que acabam não fornecendo dados tão precisos, é possível ter um parâmetro inicial para pensar o assunto e inclusive destacar as ações que a categoria profissional vem desenvolvendo quando se trata da temática.

É possível destacar outros pontos em relação aos levantamentos realizados nas bases de dados, um deles é o fato da existência de poucos trabalhos interdisciplinares, assim como já pontuado, a relação com outras categorias profissionais poderia trazer distintas contribuições, além de retomar o que é muito presente no cotidiano profissão, o trabalho em equipes multiprofissionais. Além disso, é possível perceber que a categoria com maior destaque nos resultados do Serviço Social foi a formação e atuação profissional, como pode-se notar no Gráfico 3. Algumas categorias não foram encontradas, mas é necessário destacar que inúmeros debates perpassam a maioria das publicações, como as discussões voltados para o modo de produção capitalista, com destaque para questões estruturais, relações sociais e a conjuntura, itens categorizados na opção “relações sociais e conjuntura”. Apesar dessa compreensão, a delimitação específica foi realizada para verificar quais tinham como foco principal estes debates. Ainda é necessário destacar que foi possível encontrar dezesseis documentos que foram categorizados por mais de uma categoria.

É possível perceber a predominância de cursos de pós-graduação nas produções também, entre elas a que mais teve destaque foi a PUC-SP, que contou com oito publicações dentre as treze encontradas na BDTD. A ausência do debate é alarmante e preocupante e reforça como a profissão precisa apreender a importância da categoria e aprofundar as discussões.

Gráfico 3 - Número de produções do Serviço Social por categoria de análise



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Descrição da imagem: Gráfico em pizza cujo título é: “Número de produções do Serviço Social por categoria de análise”, dividido em sete pedaços, cada uma representando a quantidade de produções encontradas e contendo a informação em números e entre parênteses a porcentagem. A legenda está localizada na parte esquerda do gráfico e cada categoria está delimitada por cores. As informações que compõem o gráfico são as que seguem, começando da maior numeração e no sentido horário:

Formação e atuação profissional: 5 (38,5%), na cor azul.

Direitos sociais: 1 (7,7%), na cor cinza.

Políticas públicas: 2 (15,4%), na cor roxa.

Benefícios e serviços públicos: 2 (15,4%), na cor amarela.

Mercado de trabalho: 1 (7,7%), na cor verde.

Estudos sobre deficiência e movimento social: 1 (7,7%), na cor laranja.

Família: 1 (7,7%), na cor vermelho claro.

Fim da descrição.

5. CONCLUSÃO

Ao longo dos capítulos buscou-se destacar a relação da categoria deficiência com o Serviço Social, reforçando como é algo que perpassa o cotidiano de trabalho e como sua análise nas pesquisas é de fundamental importância para melhor compreensão da totalidade. No início, a trajetória histórica dos estudos sobre deficiência foi apontada, procurando contextualizar a temática e relatar o que o movimento político das pessoas com deficiência, nos países ocidentais e mais diretamente no Brasil, construíram em relação ao assunto, além de retomar que esses momentos não foram marcados por rupturas eternas ou ocorreram de forma harmoniosa, os direitos foram conquistados após a luta constante do movimento e sofrem com os atravessamos da relação desigual entre capital e trabalho. O contexto de acirramento da questão social e os impactos disso para atuação profissional foram destacados, tanto no que tange às demandas que chegam para profissão, quanto para as condições de trabalho da categoria, que também faz parte da classe trabalhadora e que passará pela intensificação da exploração.

O campo de estudos é contraditório e as diferentes concepções em relação à deficiência coexistem, apesar da atuação e construção que o modelo social da deficiência vem articulando, sabe-se que a percepção de deficiência enquanto doença, anormalidade e desvio continua presente na sociedade, por isso, é necessário debater e difundir mais ainda os valores e discussões desenvolvidas pelo modelo social e fomentar todas as formas de enfrentamento a discriminação e exclusão que as pessoas com deficiência vivenciam no cotidiano. A identificação destas questões é de fundamental importância para a categoria profissional, entre eles, por evitar a reprodução destes valores excludentes e principalmente repensar as definições relacionadas a autonomia, independência e normalidade. Nesta pesquisa, buscou-se apontar como o ethos burguês constrói uma imagem do corpo ideal e produtivo, que exclui corpos diversos e com lesão e que também compreende independência e essas construções, de um modo, voltado para o individualismo supremo e vinculado a valores necessários para a reprodução do atual modo de produção e vai utilizar esses imaginários como uma forma de justificativa para toda exploração e expropriação que corpos com lesão vivenciam.

O reconhecimento dessas relações, possibilita identificar as tentativas do capital de camuflar as desigualdades e enfrentar essas situações, desnaturalizando as opressões e transferindo para as relações sociais a vivência da desvantagem e não para o corpo com lesão. Além disso, o capitalismo e as suas formas de trabalho produzem lesões na classe trabalhadora, que se encontra em condições de trabalho desgastantes e exaustivas, e quando se

pensa nos processos de transformações do capitalismo, é possível perceber como as novas relações de trabalho estão inseridas em lógicas cada vez mecânicas e de exploração, transformando o(a) trabalhador(a) em uma espécie de apêndice da máquina. O processo de desregulamentação das relações de trabalho e inovações tecnológicas são importantes ferramentas para essa intensificação (Lara, 2011). Ao tratar das inovações é possível apontar a contradição dessa situação, pois, ao mesmo tempo que o processo de robotização e o uso de máquinas possibilitaram a redução da carga de trabalho, em alguns setores, também fizeram com que ações repetitivas ocorressem com mais frequência, o que pode gerar lesões e desgastes por conta do esforço repetitivo (Lara, 2011). Essas relações também chegaram até o Serviço Social enquanto demandas, um exemplo disso, são as solicitações de informações para o acesso ao BPC para pessoas com deficiência, ampliando o conceito de deficiência.

As relações de trabalho e a inserção no mercado, atualmente, estão marcadas pela precarização, flexibilização e informalidade, pensar a relação destas questões com a categoria deficiência e o processo de adoecimento da classe trabalhadora são campos de debates necessários para a profissão e devem ser desenvolvidos em estudos futuros. A relação entre os temas já foi debatida pela primeira geração do modelo social da deficiência, por alguns autores, como Abberley, que destaca como o capitalismo cria uma espécie de relação de causalidade entre capitalismo, lesão e deficiência e vai apontar casos em que pessoas adquirem lesão devido às condições de trabalho que estão sujeitas e que futuramente podem fazer com que a pessoa experiencie a deficiência (Diniz, 2007). Vale reforçar também, que desenvolver estudos a partir da interlocução com os debates históricos e conjunturais são igualmente necessários, os levantamentos feitos possibilitaram perceber quanto a maior parte dos materiais buscaram realizar esses debates e fez de forma entrelaçada com outras categorias de análises definidas, o que é de extrema importância e possibilita pensar a questão a partir da sua relação com a totalidade.

Em relação aos levantamentos realizados, foi possível perceber uma pequena quantidade de publicações e uma variação no número de produções em cada ano observado. Ao utilizar o critério temporal e definir o início das análises a partir de 2015, a busca era a de compreender se a promulgação da LBI incentivava as discussões e se materiais dialogando sobre a legislação seriam produzidos, muitas publicações foram encontradas neste ano, se comparado aos outros períodos, mas a grande maioria não tratava sobre a política especificamente ou pelo menos não a mencionava nos resumos. Em 2022, foram encontradas duas literaturas, um número pequeno quando comparado com os outros anos. Outros pontos que podem ser observados e que igualmente precisam ser mais desenvolvidos são os estudos

pensando a categoria deficiência e o movimento político das pessoas com deficiência, ter essas compreensões é de fundamental importância para apreensão do contexto que perpassa o tema e que ainda carecem de produções. Apesar de reconhecer, que em partes das produções, o debate sobre a questão esteve presente e percorreu as produções que tiveram outros focos de estudo.

A preocupação com a discussão das políticas públicas e direitos sociais apresentou-se nos resultados encontrados, tema de importância e que perpassa pautas de destaque no movimento político das pessoas com deficiência e que oferecem subsídios para pensar a intervenção na garantia de direitos. O contexto desafiador, marcado por cortes e retrocessos e pela coexistência de percepções em relação à deficiência, são partes constituintes desses processos, mas revisitar essas questões permite pensar formas de enfrentamento e fortalecimento da luta política. Além disso, é necessário retomar como a presença de legislações não são garantias de execução e efetivo acesso aos direitos, o que é notório nos dados expostos nos capítulos, por isso, é imprescindível que a classe trabalhadora esteja articulada para reivindicar a efetivação do que foi preconizado em lei. Ter produções discutindo sobre isso e sua relação com o campo de estudos sobre deficiência, são essenciais e constituem um terreno profícuo para o Serviço Social.

A presença do modelo social da deficiência foi percebida nos resultados encontrados, alguns com destaques maiores e outros de forma breve, apesar desta pesquisa não ter dados concretos em relação a isso, a partir apenas da leitura dos resumos, buscou-se atentar para essas questões. As análises possibilitaram notar como temas importantes para pensar a atuação profissional foram apontados, mesmo que ainda reduzidos, como produções que buscaram compreender a atuação enquanto perito(a) no INSS ou ainda nas equipes de reabilitação. O cuidado com esse recorte temático foi notório e demonstra a preocupação em torno do processo de atuação profissional e todas as inquietações que marcam esse processo. Outro exemplo disso, embora não tenha sido analisado neste estudo, é a publicação de materiais pelo conjunto CFESS-CRESS em relação ao tema, que buscam trazer debates iniciais sobre a temática, como o caderno que trata sobre o combate ao preconceito voltado à pessoa com deficiência (CFESS, 2019). Outras discussões sobre o tema precisam ser desenvolvidas, mas acompanhar o que o conjunto CFESS-CRESS vem produzindo é algo necessário.

A partir do exposto, buscou-se compreender como o tema apresenta-se para o Serviço Social, em meio não só ao contexto de precarização do trabalho e das políticas públicas, mas também em relação a uma longa trajetória de exclusão e discriminação que

peças com deficiência vivenciam na sociedade. Relembrar como as ações de atendimento ao grupo, por muito tempo, ficaram ao cargo da sociedade civil e foram marcadas por percepções assistencialistas e caritativas, o demorado processo de organização do Estado na garantia de direitos das pessoas com deficiência e persistente ação fragmentada, descontínua e superficial, são questões que perpassam o cotidiano dos(as) profissionais, que precisam se apropriar dessa trajetória para o seu enfrentamento e para pensar sua atuação. A privatização, a flexibilização e a terceirização são marcas cada vez mais presentes e a profissão precisa confrontar essas tendências, além disso, precisa compreender esses atravessadores para não recair nas tentativas do capital em camuflar esses processos, logo, mesmo que por muito tempo a sociedade civil tenha atuado no atendimento, é necessário reforçar que cabe ao Estado o atendimento dessas demandas e que devem ser realizadas a partir do entendimento de direito. Além disso, é necessário garantir condições concretas de acesso aos serviços e espaços, pensando e assegurando um ambiente, de fato, inclusivo.

O estudo em questão buscou aproximar ainda mais o Serviço Social dos debates em relação à deficiência. A possibilidade de realizar o levantamento das produções, possibilitou apreender as principais questões debatidas e apontar quais precisam ter mais desenvolvimentos. A pesquisa parte de acúmulos já construídos pelo movimento político das pessoas com deficiência, que servem de base não só para o desenvolvimento do estudo em si, mas para o despertar para a temática, a busca é que este trabalho possa igualmente incentivar as produções na área e fazer com que essas discussões sejam cada vez mais presentes na formação e atuação profissional.

REFERÊNCIAS

ABEPSS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Lei de Diretrizes Curriculares**. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social, com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro, nov. 1996.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 03 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 03 fev. 2023.

BRASIL. **Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm. Acesso em: 03 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: 13 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000**. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10048.htm. Acesso em: 13 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril DE 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 13 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005**. Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11126.htm. Acesso em: 13 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.624, de 17 de julho de 2023**. Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para instituir o uso do cordão de fita com desenhos de girassóis para a identificação de pessoas com deficiências ocultas. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14624.htm. Acesso em: 13 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 13 nov. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC**. 2023. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova>. Acesso em: 04 nov. 2023.

BARROCO, Maria Lucia. O modo capitalista de se comportar: moral e valores. In: BARROCO, Maria Lucia. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009. p. 157-202.

BIM, Miriam Cláudia Spada *et al.* Análise dos modelos de avaliação de requerentes ao benefício de prestação continuada: 2006 a 2012. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 22-31, jun. 2015.

BITTENCOURT, Z. Z. L. de C. Percepções do estudante com necessidades educacionais especiais sobre a política de acessibilidade na universidade. **Serviço Social e Saúde**, Campinas, SP, v. 9, n. 2, p. 61–78, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8634887>. Acesso em: 17 nov. 2023.

CAPES. **Tabela de Áreas de Conhecimento/Avaliação**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/instrumentos/documentos-de-apoio-1/tabela-de-areas-de-conhecimento-avaliacao>. Acesso em: 04 nov. 2023.

CORREIA, Viviane Duarte. **Social evaluation based on international classification of functioning, disability and health in children with cerebral palsy**. 2015. 104 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

CFESS. **Anticapacitismo e Serviço Social: vamos conversar sobre o assunto?**. 2021. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1863>. Acesso em: 13 nov. 2023.

CFESS. **Assistente social no combate ao preconceito: discriminação contra a pessoa com deficiência**. Brasília: CFESS, 2019.

CUNHA, Ana Carolina Castro P. Deficiência como expressão da questão social. **Serviço Social & Sociedade**, [S.l.], n. 141, p. 303-321, maio 2021.

CUNHA, I. S. P.; BARRETO, K. R. M. Os desafios do Benefício de Prestação Continuada para pessoas com deficiência. **Mundo Livre: Revista Multidisciplinar**, v. 6, n. 2, p. 266-280, 19 dez. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de ética Profissional do Assistente Social**. Brasília, 1993.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS (org.). **PERFIL DE ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL: formação, condições de trabalho e exercício profissional**. Brasília: CFESS, 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS (org.). **Anticapacitismo e exercício profissional: perfil de Assistentes Sociais com Deficiência**. Brasília: CFESS, 2022.

DESLANDES, Suely Ferreira. A construção do Projeto de Pesquisa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1994, p. 31-50.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educação & Sociedade**, [S.L.], v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FfrdCtqfp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 set. 2023.

FERNANDES, T. F. S.; ALVARENGA, K. de F.; MESQUITA, S. T. O serviço social nos programas de implante coclear do Brasil. **Serviço Social e Saúde**, Campinas, SP, v. 16, n. 2, p. 229–256, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8651465>. Acesso em: 17 nov. 2023.

FERREIRA, Erika Luzia Lopes da Silva. **A política de inclusão de estudantes cegos na educação superior na UFRN: do acesso à permanência**. 2016. 138f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura de Florianópolis. Gabinete da Secretaria Municipal de Assistência Social. **Plano Municipal de Assistência Social 2022 - 2025**. Florianópolis: PMF, 2022.

FRANÇA, Tiago Henrique. Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 17, p. 59-73, dez. 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/25723>. Acesso em: 09 fev. 2023.

FRANÇOZO, M. de F. de C. O serviço social no CEPRE: da extensão ao ensino e pesquisa. **Serviço Social e Saúde**, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 71–82, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8634839>. Acesso em: 14 nov. 2023.

FRANCO, Lidiane Helena Reinaldo. **Brazilian Language of Signs: a bridge of love between parents listeners and deaf children**. 2015. 141 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

GAUDENZI, Paula; ORTEGA, Francisco. Problematizando o conceito de deficiência a partir das noções de autonomia e normalidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.l.], v. 21, n. 10, p. 3061-3070, out. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/HFz9VsDjHFtLsyCzNQThK9y/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 03 fev. 2023.

GARGHETTI, Francine Cristine *et al.* Breve História da Deficiência Intelectual. **Revista Electrónica de Investigación y Docencia**, [S. l.], p. 101-116, jul. 2013.

GESSER, Marivete *et al.* Estudos da deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social. In: GESSER, Marivete *et al.* (org.). **ESTUDOS DA DEFICIÊNCIA: anticapacitismo e emancipação social**. Curitiba: Editora Crv, 2020. p. 17-36.

GESSER, Marivete *et al.* A contribuição do modelo social da deficiência à psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, [S.L.], v. 24, n. 3, p. 557-566, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLONDRINA FERREIRA. Poemas para não perder. **Edições Trunca**. São Paulo, 2019.

GOMES, Juliana Cristina Diniz. **A inclusão social de pessoas com deficiência visual: realidade ou discurso?**. 2016. 104 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

GOMES, Fábio Alexandre. **O projeto profissional do serviço social na defesa e garantia de direitos da pessoa com deficiência: espaço de resistência e luta na Cidade de São José dos Campos**. 2016. 154 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

GUEDES, Heloisa Helena da Silva *et al.* novo modelo avaliativo do BPC: desafios, possibilidades ao Serviço Social. **Temporalis**, [S. l.], v. 13, n. 25, p. 235–259, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2153>. Acesso em: 17 nov. 2023.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1982.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

KUSS, Veridiana Lúcia Stachowski. **Pessoas com deficiência e o mundo do trabalho no município de Dois Vizinhos/PR**. 2015. 99 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Comunitário) - Universidade Estadual do Centro Oeste, Irati, 2015.

LARA, Ricardo. Saúde do trabalhador: considerações a partir da crítica da economia política. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 14, p. 78-85, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/Czdx3sGRxBwP3QjS3Dvhnpp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 nov. 2023.

LIMA, Telma Cristiane Sasso, MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**. 2007, p. 37-45.

Mário Cléber Martins Lanna Júnior (comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

MACÊDO, Alano do Carmo; OLIVEIRA, Lucia Conde de. Benefício de prestação continuada: perspectivas na avaliação médico-social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 32-40, jun. 2015.

MACÊDO, Alano do Carmo; ARAÚJO, Thaynah Barros de. Trabalhador com deficiência e Previdência Social. **Serviço Social & Sociedade**, [S.L.], n. 135, p. 249-270, ago. 2019.

MEDEIROS, Marcelo; DINIZ, Debora. Envelhecimento e Deficiência. In: CAMARANO, Ana Amélia (org.). **Os novos idosos brasileiros muito além dos 60?** Rio de Janeiro: Ipea, 2000. p. 107-120.

MAFRA, T. D.; ALMEIDA, C. C. A.; JACINTO, A. G. defesa dos direitos das pessoas com deficiência: a contribuição da atuação do assistente social da APAE de Três Corações-MG, FUVAE e do Conselho Municipal de direitos das pessoas com deficiência de Varginha-MG. **Revista ESMAT**, [S. l.], v. 11, n. 17, p. 153–174, 2019. Disponível em: http://esmat.tjto.jus.br/publicacoes/index.php/revista_esmat/article/view/289. Acesso em: 17 nov. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1994, p. 09-29.

MOURA, Kamylla Queiroz de. **O benefício de prestação continuada na contemporaneidade brasileira: defesa de direitos nos percursos de ajuste do Estado**. 2016. 126f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

NETTO, José Paulo. Capitalismo e barbárie contemporânea. **Argumentum**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 202–222, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/2028>. Acesso em: 25 set. 2023.

NEPOMUCENO, Maristela Ferro *et al.* Apropriação do Termo “Pessoas com Deficiência”. **Revista Educação Especial**, [S.L.], v. 33, p. 1-27, 27 maio 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/43112>. Acesso em: 03 fev. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Relatório mundial sobre a deficiência**. São Paulo: SEDPcD, 2012. 334 p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org>. Acesso em: 03 fev. 2023.

OLIVEIRA, R. F. de; MESQUITA, S. T.; SILVA, C. da. A formação profissional, interdisciplinaridade e seu processo de aquisição. **Serviço Social e Saúde**, Campinas, SP, v. 4, n. 1, p. 135–156, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8634973>. Acesso em: 17 nov. 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PEREIRA, J. A.; SARAIVA, J. M. Trajetória histórico social da população deficiente: da exclusão a inclusão social. **SER Social**, [S. l.], v. 19, n. 40, p. 168–185, 2017. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14677. Acesso em: 17 nov. 2023.

PEREIRA, S. L. B.; GUIMARÃES, S. de J. Repensando a cidadania e a justiça para a pessoa com transtorno mental: olhares a partir das teorias de Marshall e Fraser / Rethinking citizenship and justice for the person with mental disorder: perspectives from the theories by Marshall and Fraser. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), [S. l.], v. 17, n. 2, p. 393–405, 2018. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/29607>. Acesso em: 17 nov. 2023.

PAULA, Renata Soraia de. **O elo (des)construído: trajetórias de jovens trabalhadores acidentados no contexto do mundo do trabalho e da Reabilitação Profissional do INSS**. 2019. 134 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Puc-Sp, São Paulo, 2019.

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim; CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. O direito da pessoa com deficiência: marcos internacionais. **Unesp**, São Paulo, p. 1-13, abr. 2014. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/handle/unesp/155248>. Acesso em: 13 ago. 2023.

RONZONI, Rúbia dos Santos. A atuação interdisciplinar no SUAS: Desafios e perspectivas. In: **III Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

RUBENS VINICIUS DA SILVA. Para Entender o Trabalho (Ao Menos no Capitalismo). **Poeticus**, [S. l.], v. 2, n. 03, 2022. Disponível em: <https://redelp.net/index.php/poe/article/view/56>. Acesso em: 13 nov. 2023.

RAMOS, Sandra Gomes. **Educação inclusiva: uma reflexão sobre a política social da pessoa com deficiência**. 2015. 94 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2015.

SOUZA, C. L. S. Teles, H. Pressupostos para uma análise histórico-estrutural da questão social no Brasil. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 21, n. 42, p. 44-61, jul./dez. 2021. ISSN 2238-1856. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36842>. Acesso em: 25 set. 2023.

SILVA, Jocenir de Oliveira. **Educação inclusiva: a estranha necessidade de políticas para incluir pessoas.** 2015. 191 f. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, PUCRS, Porto Alegre, 2015.

STOPA, Roberta. **O direito constitucional ao Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC): o penoso caminho para o acesso.** 2017. 273 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

SOUZA, N. de; BARBOSA, A. P. Serviço social e curatela: um olhar sobre as experiências das pessoas com deficiência em Arroio dos Ratos/RS. **Revista Conhecimento Online**, [S. l.], v. 1, p. 86–118, 2022. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistaconhecimentoonline/article/view/2899>. Acesso em: 17 nov. 2023.

SOUZA, Leila Jesus de. **A atuação do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência na cidade de São Paulo.** 2018. 134 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. O projeto ético-político do Serviço Social. In: CFESS (org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** [S.l.]. 2009. p. 1-18.